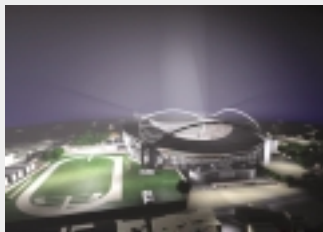


# Prestação de Contas Simplificada

## 2003

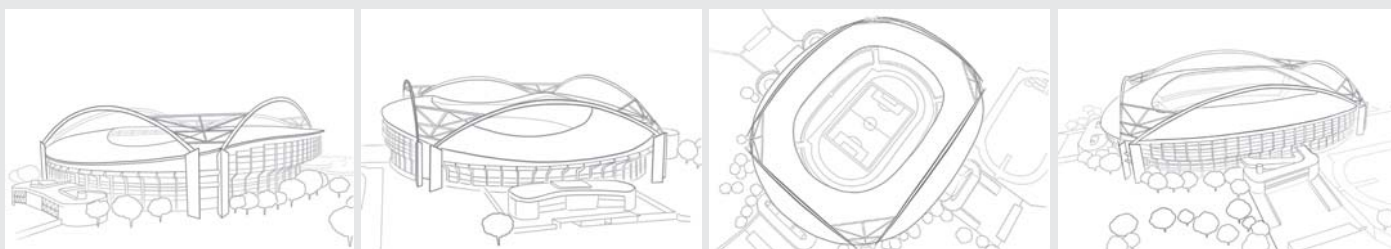


Estádio Olímpico (projeto de Sergio Dias)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

# Prestação de Contas Simplificada

2003



<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Destaques do Período</b>	<b>6</b>
Receitas	6
Despesas	7
Superávit / Déficit Orçamentário	7
Diagrama da Execução Orçamentária	8
<b>Origens e Comprometimento de Recursos Orçamentários</b>	<b>9</b>
De onde vem o dinheiro?	10
Para onde vai o dinheiro?	11
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos	12
Superávit / Déficit Orçamentário	13
Disponibilidade de Caixa	14
<b>Da Receita Orçamentária</b>	<b>15</b>
Receita Prevista X Receita Arrecadada	15
Execução Orçamentária da Receita – Evolução	17
Composição da Receita Tributária	18
Composição das Transferências Correntes	18
Comportamento da Arrecadação do ISS	19
Comportamento da Arrecadação do IPTU	19
Comportamento da Cota-Parte do ICMS	20
Evolução das Receitas Correntes	21
Evolução das Receitas de Capital	21
<b>Da Despesa Orçamentária</b>	<b>22</b>
Despesa Orçada X Despesa Realizada	22
Execução Orçamentária da Despesa – Evolução	23
Composição e Evolução da Despesa Corrente	24
Composição e Evolução da Despesa de Capital	25
Despesa por Órgão	26
Despesa por Função de Governo	28
Composição	29
Evolução Anual	30
Participação Percentual	31
Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho – Administração Direta e Indireta	32
<b>Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação</b>	<b>33</b>
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2003	33
Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2003	34
Despesa com Pessoal – 2003	35
<b>Demonstrativos Contábeis</b>	<b>36</b>
Introdução	36
Balanço Orçamentário	37
Balanço Financeiro	39
Balanço Patrimonial	40
Notas Explicativas	41
<b>Disponibilidades</b>	<b>44</b>
Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura	44
Metas Fiscais	45
Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida – 2002 e 2003	45
Evolução da Receita Corrente Líquida – 2000 a 2003	45
Resultado Primário – 2002 e 2003	46
Comparativo entre Estimativas da LDO para 2003 e Realização	47
Evolução do Resultado Primário e Resultado Nominal – 2000 a 2003	47
Dívida Consolidada Líquida – 2002 e 2003	48
Evolução da Dívida Consolidada – 1999 a 2003	48
Relação entre Operações de Crédito e Receita Corrente Líquida – 2000 a 2003	49
<b>Equipe de Elaboração</b>	<b>50</b>

## Prestação de Contas Simplificada - Exercício de 2003

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para aprimorar continuamente os programas e atividades desenvolvidas pela instituição como um todo. Suas atividades meio e fim, contribuem mutuamente para o desenvolvimento e a prosperidade de nossa municipalidade. Por meio da diversificação das formas de disseminação das contas públicas municipais, se demonstra todo o esforço em promover a transparência da gestão pública responsável, em atender os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, principalmente, prestar contas ao contribuinte.

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades, numa *Prestação de Contas Simplificada*.

A *Prestação de Contas Simplificada* enfatiza a necessidade da contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades do cidadão, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas.

Este relatório contém características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Objetivando a transparência da gestão pública municipal, e utilizando **dados extraídos do seu Sistema de Informações Gerenciais – SIG**, a Controladoria Geral do Município – CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 1999 a 2003. Sob esse aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

Com observações, enfatizamos o aspecto da prática efetiva do “*accountability*”, que decorre da obrigatoriedade de prestação de contas, sendo dever dos governos identificar o custo integral de suas ações – incluindo todos os gastos aplicados nas ações do Governo. Não basta transformar o orçamento em um instrumento transparente, quando discutido, de modo legítimo, com a participação da sociedade, se a prestação de contas ao cidadão não for um documento simples e de fácil compreensão.

### RECEITAS

- A inflação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2003, apurada pelo IPCA-E foi de 9,86%, destacamos este índice pois o mesmo serve de referência para correção de tributos municipais.
- A Receita Total acumulada em 2003 foi de MR\$ 6.991.917; comparada com 2002 (MR\$ 6.336.107), trouxe um incremento nominal da arrecadação de MR\$ 655.810, significando um aumento percentual de 10,35%. As subcategorias que obtiveram maior incremento na Administração Direta foram, a Receita Tributária e as Transferências Correntes. Na Administração Indireta, as Receitas Patrimoniais aparecem com especial destaque, apresentando um incremento de MR\$ 192.999.
- Várias receitas aumentaram nominalmente, dentre elas: o Total das Receitas da Administração Direta (MR\$ 398.066); as Receitas Correntes da Administração Direta (MR\$ 299.303); a soma dos Impostos (MR\$ 164.033) sendo, MR\$ 98.457 de IPTU, MR\$ 62.709 de ISS e MR\$ 2.867 de ITBI.
- As Receitas Totais da Administração Indireta tiveram um incremento de MR\$ 257.744, o que corresponde a um aumento de 32,12% em relação ao ano anterior. Dentre as receitas que se destacaram estão as Receitas de Contribuições com aumento de MR\$ 85.338 e as Receitas Patrimoniais com incremento de MR\$ 192.999.
- Do total das receitas arrecadadas, 85% pertencem a Administração Direta onde, 80% são receitas correntes e os restantes 5% são receitas de capital.
- Os 15% arrecadados pela Administração Indireta estão assim distribuídos: 14% de receitas correntes e 1% de receitas de capital.
- O ISS vem crescendo nominalmente em arrecadação de ano para ano, todavia este ritmo de crescimento vem diminuindo. De 1999 para 2000 o crescimento foi de 14,12%; de 2000 para 2001 foi de 12,35%; de 2001 para 2002 foi de 8,46%; e de 2002 para 2003 foi de 5,66%.
- O comportamento da arrecadação do IPTU apresenta além do crescimento nominal, uma ascendente no comportamento percentual. De 1999 para 2000 o crescimento percentual foi de 0,37%; de 2000 para 2001 foi de 7,66%; de 2001 para 2002 foi de 12,42%; e de 2002 para 2003 foi de 13,64%.
- As Transferências Correntes da Administração Direta e Indireta apresentaram um acréscimo de 6,37% em relação ao ano anterior.
- As Receitas de Capital da Administração Direta tiveram um aumento de 42,44%, no exercício de 2003, representando um acréscimo nominal de MR\$ 98.763.

## DESPESAS

---

- No exercício de 2003 o Total da Despesa Empenhada foi de MR\$ 7.226.030. Em relação ao ano anterior a despesa aumentou MR\$ 810.979 nominalmente ou 12,64%.
- Em 2003, a Despesa Total com Pessoal e Encargos cresceu 15,99% correspondendo a MR\$ 495.019; entretanto essas despesas estão totalmente dentro dos limites permitidos.
- As despesas com Investimentos cresceram 9,25%, ou seja, MR\$ 59.231.
- Destacamos também a despesa com Amortização da Dívida que cresceu MR\$ 43.283, ou seja, 26,30%.
- As despesas dividem-se: 83% em Despesas Correntes e 17% em Despesas de Capital.
- As Despesas Correntes em 2003 cresceram 10,73%, enquanto que as Despesas de Capital cresceram 23,36%.
- As despesas efetuadas nas funções de governo “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo” representaram respectivamente 27%, 21%, 19% e 14% do total da despesa empenhada no exercício de 2003.
- Para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE o limite definido pela Constituição de 1988 é de 25%, entretanto no Município do Rio de Janeiro foram empenhadas despesas que representam 38,36% da receita líquida, atendendo assim o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996.

## SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

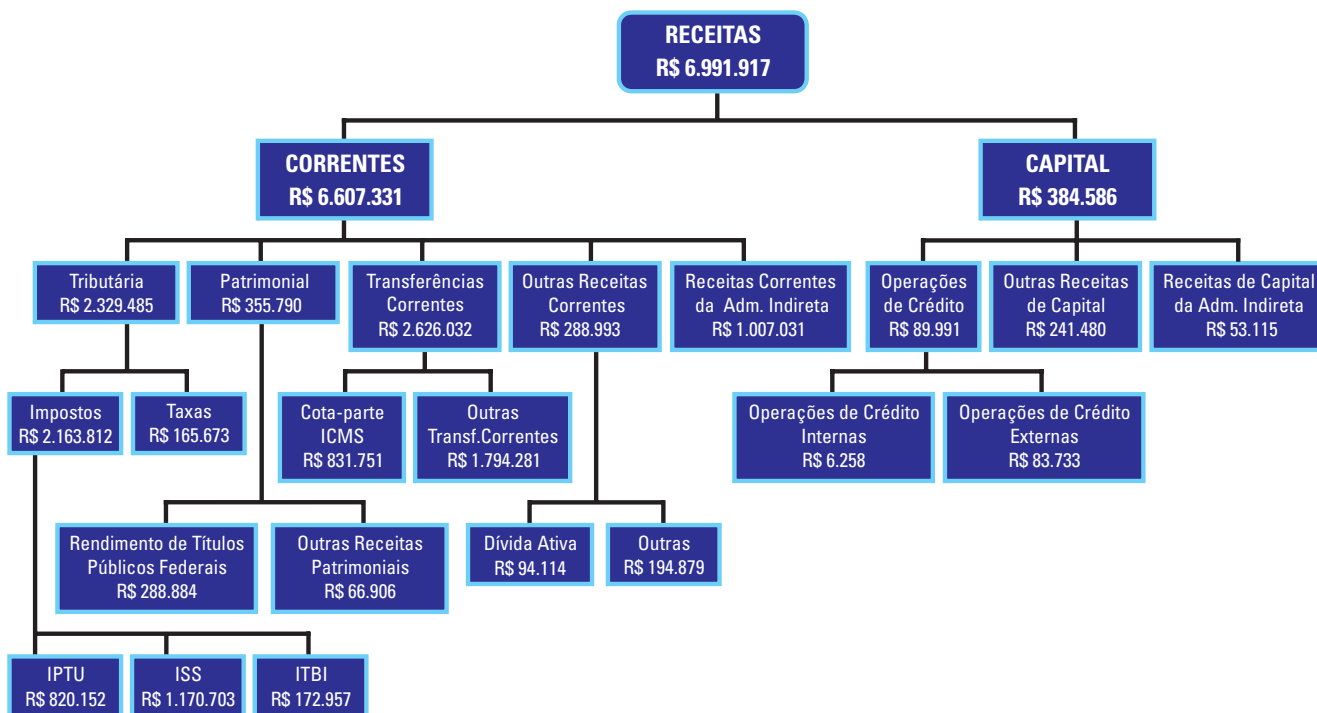
---

- Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2003 (MR\$ 7.226.030) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 6.991.917), apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 234.113.
- De 1999 a 2001, a Prefeitura acumulou superávits sucessivos. Entretanto, cabe esclarecer que não é objetivo do poder público municipal apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma o déficit apurado em 2003 encontra-se amparado pelos superávits anteriores.
- A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 2.228.743, sendo deste total, MR\$ 1.435.606 do regime previdenciário; o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$ 793.137 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.
- Sobre esta disponibilidade pesa o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 745.603, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 1.483.140.

## Diagrama da Execução Orçamentária da Receita em 2003 - Administração Direta e Indireta

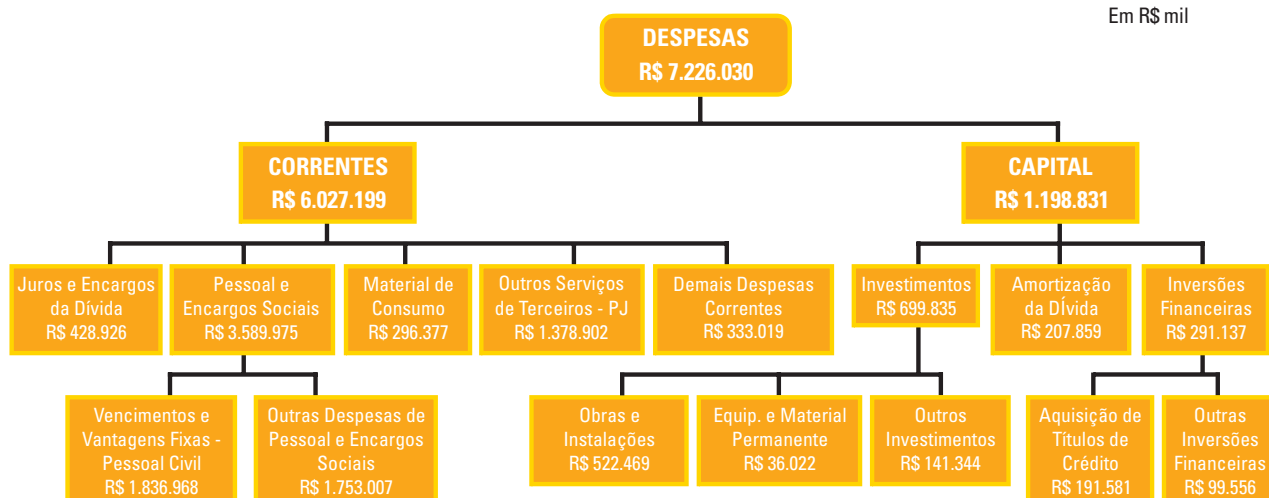
A execução orçamentária do exercício de 2003 considera as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas de todos os órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Em R\$ mil



## Diagrama da Execução Orçamentária da Despesa em 2003 - Administração Direta e Indireta

Em R\$ mil

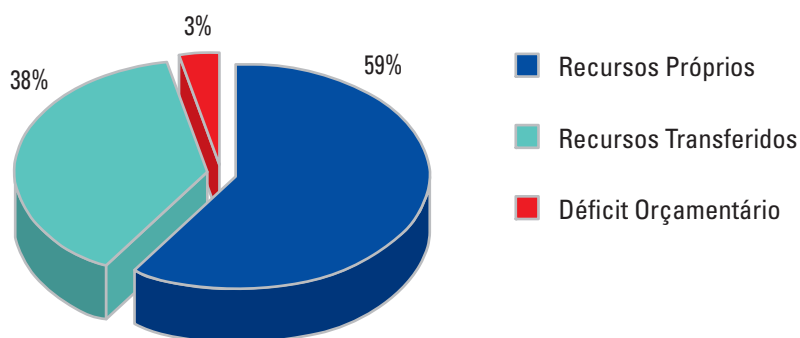


Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo. O grau de independência financeira do município, ou seja, o quanto as receitas próprias representam do total da receita arrecadada, encontra-se na ordem de 59% em 2003. Esta posição alterou-se levemente em relação ao ano de 2002 onde as receitas próprias estavam, em 60% do total arrecadado. O que significa que o Município se vale mais de suas próprias fontes do que da transferência de outras esferas de governo e credores.



## DE ONDE VEM O DINHEIRO?

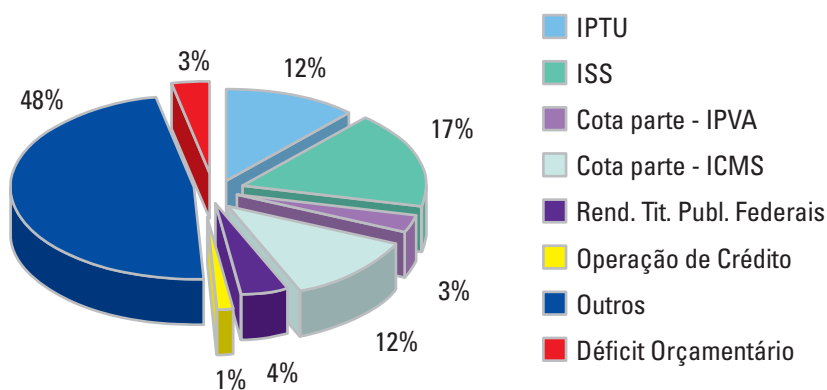
### RECEITA POR ORIGEM



Receita		
item	Valor	%
Recursos Próprios	4.126.237	59
Recursos Transferidos	2.631.567	38
Déficit Orçamentário	234.113	3
<b>Total</b>	<b>6.991.917</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

### RECEITA POR RUBRICA

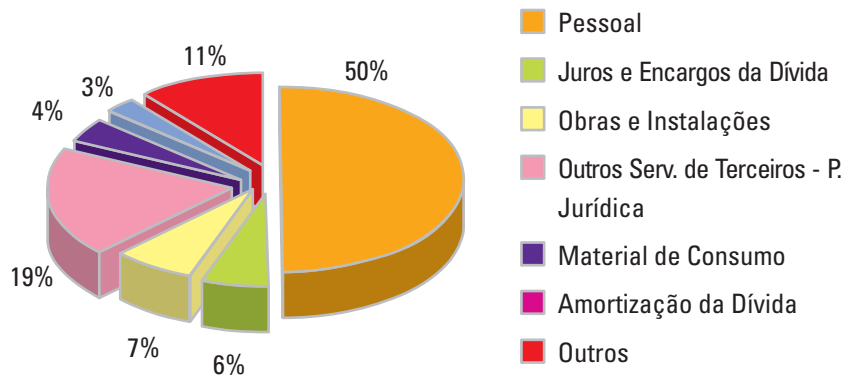


Receita		
item	Valor	%
IPTU	820.152	12
ISS	1.170.703	17
Cota parte - IPVA	226.900	3
Cota parte - ICMS	831.751	12
Rend. Tit. Publ. Federais	288.884	4
Operação de Crédito	89.991	1
Outros	3.329.423	48
Déficit Orçamentário	234.113	3
<b>Total</b>	<b>6.991.917</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

## PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

### DESPESA POR NATUREZA



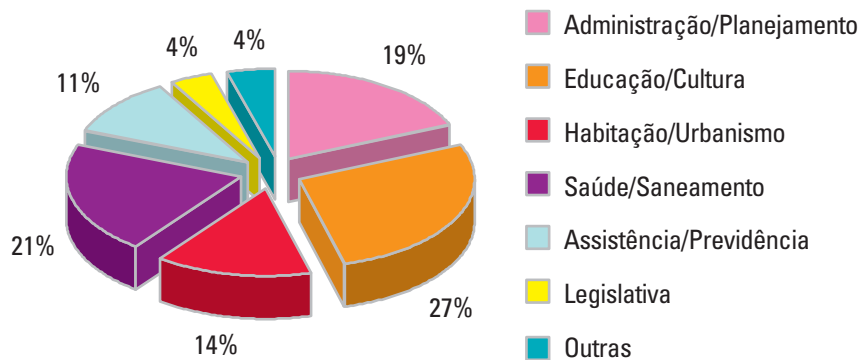
### Despesa

item	Valor	%
Pessoal	3.589.975	50
Juros e Encargos da Dívida	428.926	6
Obras e Instalações	522.469	7
Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica	1.378.902	19
Material de Consumo	296.377	4
Amortização da Dívida	207.859	3
Outros	801.522	11

**Total** **7.226.030** **100**

Em R\$ mil

### DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



### Despesa

item	Valor	%
Administração/Planejamento	1.335.648	19
Educação/Cultura	1.982.798	27
Habituação/Urbanismo	1.033.461	14
Saúde/Saneamento	1.498.756	21
Assistência/Previdência	764.819	11
Legislativa	286.176	4
Outras	324.372	4

**Total** **7.226.030** **100**

Em R\$ mil

Nota: O conceito de despesa na Função Educação e Cultura não é o mesmo utilizado com "Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" que pode ser acompanhado na página 33

## Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos

No quadro abaixo, faz-se uma comparação da Receita Arrecadada (própria e transferida) com a Despesa Empenhada classificada por Função de Governo. As despesas realizadas nas funções de governo representam a atuação da Administração Municipal no desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento.

Do mesmo modo que em 2002, a Função de Governo com maior aplicação em 2003 continuou sendo "Educação e Cultura" representando 27% do total, seguida de "Saúde e Saneamento", "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo", respectivamente com 21%, 19% e 14% da despesa total.

Deve-se esclarecer que é na função "Administração e Planejamento" que são classificados gastos gerais de custeio e manutenção, bem como encargos e amortização da Dívida Interna e Externa; gastos com Previdência Social de Pensionistas e Inativos, dentre outros.

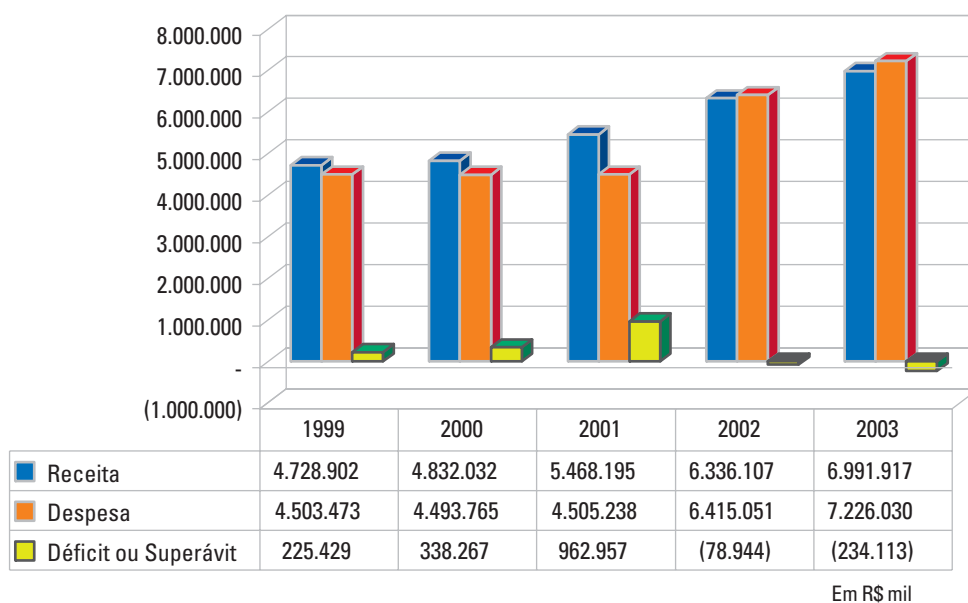
<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Despesa Realizada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>4.126.237</b>	<b>59</b>	<b>Educação e Cultura</b>	<b>1.982.798</b>	<b>27</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>2.329.485</b>	<b>33</b>	<b>Saúde e Saneamento</b>	<b>1.498.756</b>	<b>21</b>
IPTU	820.152	12	<b>Administração e Planejamento</b>	<b>1.335.648</b>	<b>19</b>
ISS	1.170.703	17	<b>Habitação e Urbanismo</b>	<b>1.033.461</b>	<b>14</b>
ITBI	172.957	2	<b>Assistência e Previdência</b>	<b>764.819</b>	<b>11</b>
Outras Receitas Tributárias	165.673	2	<b>Legislativa</b>	<b>286.176</b>	<b>4</b>
<b>Rend. Títulos Públicos Federais</b>	<b>288.884</b>	<b>4</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>324.372</b>	<b>4</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>89.991</b>	<b>1</b>	Transportes	79.964	1
<b>Outros Recursos Próprios</b>	<b>1.417.877</b>	<b>21</b>	Judiciária	32.579	0
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>2.631.567</b>	<b>38</b>	Defesa Nacional e Segurança Pública	114.039	2
<b>Sistema Único de Saúde - SUS</b>	<b>634.593</b>	<b>9</b>	Indústria, Comércio e Serviços	75.333	1
<b>FUNDEF</b>	<b>560.900</b>	<b>8</b>	Trabalho	22.457	0
<b>Cota-parte IPVA</b>	<b>226.900</b>	<b>3</b>			0
<b>Cota-parte ICMS</b>	<b>831.751</b>	<b>12</b>			0
<b>Outros Recursos Transferidos</b>	<b>377.423</b>	<b>6</b>			0
<b>Total da Receita</b>	<b>6.991.917</b>	<b>97</b>	<b>Total da Despesa</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>
<b>Déficit Orçamentário</b>	<b>234.113</b>	<b>3</b>	<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>	<b>Total Geral</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

## Superávit/Déficit Orçamentário

Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2003 (MR\$ 7.226.030) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 6.991.917), apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 234.113. De 1999 a 2001, a Prefeitura acumulou superávits sucessivos. Entretanto, cabe esclarecer que não é objetivo do poder público municipal apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma o déficit apurado em 2003 encontra-se amparado pelos superávits anteriores.

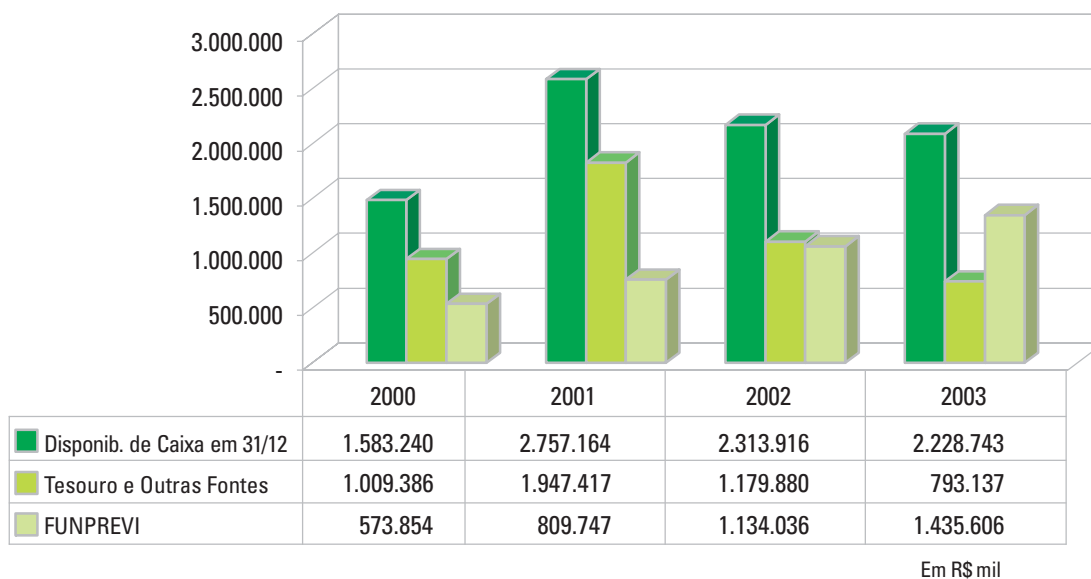
### EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO



## Disponibilidade de Caixa

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$2.228.743, sendo deste total, MR\$1.435.606 do regime previdenciário; o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$793.137 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

### EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA



O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

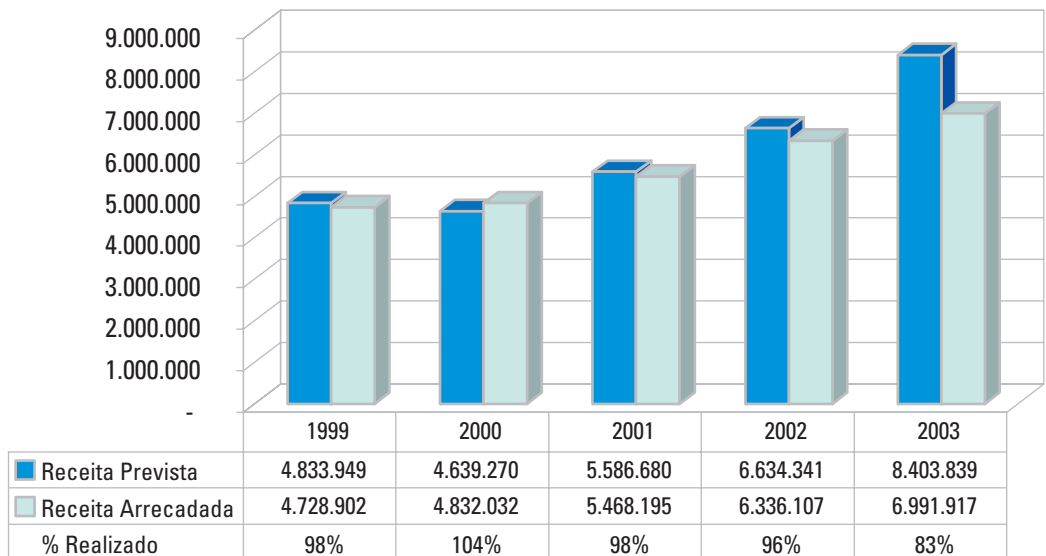
São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, serviços, industriais, patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 1999 a 2003 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2003 a receita arrecadada totalizou MR\$ 6.991.917, inferior em MR\$ 1.411.922 ao valor previsto de MR\$ 8.403.839, correspondente a (-) 17%.

Comparando os resultados entre os exercícios de 2002 e 2003, notamos uma queda de 13% referentes ao índice de execução da receita. Esta discrepância da arrecadação em relação à previsão inicial da receita decorreu principalmente do momento econômico que gerou forte queda da arrecadação tributária.

A maior parte das receitas do Município é oriunda de tributos (impostos e taxas) e transferências correntes (cota-parte do ICMS e IPVA, FUNDEF, FPM, etc.), que juntas representam 71% do total arrecadado, sendo 33% de receita tributária e 38% de transferências correntes.

### RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA



Em R\$ mil

Na tabela a seguir é apresentada a arrecadação da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação em relação ao todo. Observa-se que o Total das Receitas atingiu em 2003 MR\$ 6.991.917 que, comparado com 2002, apresentou um aumento de MR\$ 655.810, o que significa um acréscimo percentual de 10,35%.

Esse crescimento nominal teve como principais responsáveis: na Administração Direta: IPTU (MR\$ 98.457); ISS (MR\$ 62.709); Transferência Corrente da UNIÃO (MR\$ 67.356); Cota-Parte do ICMS (MR\$ 36.327); Operações de Crédito Externas (MR\$ 37.334). Na Administração Indireta: Receitas Patrimoniais (MR\$ 192.999); Receita de Contribuições (MR\$ 85.338); e Receita de Serviços (MR\$ 16.957).

As maiores variações percentuais foram: na Administração Direta: Operações de Crédito Externas (80,46%); Outras Receitas de Capital (56,53%); Outras Receitas Patrimoniais (54,47%); Outras Transferências Correntes do Estado (29,50%); IPTU (13,64%); e Taxas (10,78%). Na Administração Indireta: Transferências Correntes (73,95%); Receitas Patrimoniais (73,57%); Receita de Contribuições (26,34%); e Receita de Serviços (15,73%).

A Receita Tributária em 2003, obteve um crescimento nominal de MR\$ 180.154, representando uma variação positiva de 8,38%. O crescimento ficou abaixo da inflação acumulada no período, tendo os Impostos variado 8,20% e as Taxas 10,78%. Nas Receitas Patrimoniais da Administração Direta, houve uma redução nominal de MR\$ 61.152, ou (-) 14,67%. Já na Administração Indireta cresceram nominalmente MR\$ 192.999, ou seja, 73,57%, o terceiro maior percentual de crescimento entre todas as receitas da Prefeitura.

Observando o grupamento das Transferências Correntes da Administração Direta, nota-se um crescimento nominal de MR\$ 156.192, ou 6,32%.

A soma de todas as Receitas Correntes corresponde a 94% e os restantes 6% correspondem a todas as Receitas de Capital.

Vale registrar algumas variações significativas, como por exemplo a ocorrida na rubrica Outras Receitas Patrimoniais, em virtude, principalmente, do resultado financeiro da cessão onerosa de créditos de royalties pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. O valor equivalente à operação original foi registrado na rubrica Outras Receitas de Capital.

Ainda entre os acréscimos, merece destaque a variação na rubrica de Transferências de Capital de instituições privadas, em virtude de transferências para construção e reforma de escolas (MR\$ 2.134) e para construção da interligação Linha Amarela-Ayrton Senna-Embaixador Abelardo Bueno (MR\$ 3.000).

Entre os decréscimos, merece menção a queda das operações de crédito internas, que foram compensadas pelo crescimento das operações de crédito externa, particularmente o contrato com o BID para financiamento do Projeto Favela-Bairro (Proap II).

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA – EVOLUÇÃO

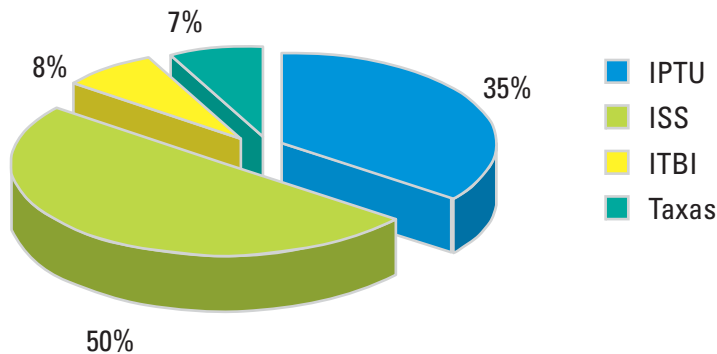
CATEGORIAS ECONÔMICAS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>4.728.904</b>	<b>100</b>	<b>4.832.032</b>	<b>100</b>	<b>5.468.195</b>	<b>100</b>	<b>6.336.107</b>	<b>100</b>	<b>6.991.917</b>	<b>100</b>
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>4.385.938</b>	<b>91</b>	<b>4.398.574</b>	<b>91</b>	<b>5.064.210</b>	<b>92</b>	<b>5.533.705</b>	<b>87</b>	<b>5.931.771</b>	<b>85</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.734.047</b>	<b>75</b>	<b>4.245.902</b>	<b>88</b>	<b>4.966.102</b>	<b>90</b>	<b>5.300.997</b>	<b>83</b>	<b>5.600.300</b>	<b>80</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>1.647.949</b>	<b>38</b>	<b>1.770.129</b>	<b>37</b>	<b>1.933.490</b>	<b>35</b>	<b>2.149.332</b>	<b>34</b>	<b>2.329.486</b>	<b>33</b>
<b>Impostos</b>	<b>1.510.036</b>	<b>31</b>	<b>1.636.469</b>	<b>34</b>	<b>1.796.721</b>	<b>33</b>	<b>1.999.780</b>	<b>32</b>	<b>2.163.813</b>	<b>31</b>
IPTU	594.117	11	596.290	12	641.960	12	721.695	11	820.152	12
ISS	796.807	18	909.314	19	1.021.613	19	1.107.995	18	1.170.704	17
ITBI	118.914	2	130.750	3	133.103	2	170.090	3	172.957	2
IVVC	198	0	115	0	45	0	-	-	-	-
<b>Taxas</b>	<b>137.913</b>	<b>7</b>	<b>133.660</b>	<b>3</b>	<b>136.769</b>	<b>2</b>	<b>149.552</b>	<b>2</b>	<b>165.673</b>	<b>2</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>187.689</b>	<b>3</b>	<b>103.721</b>	<b>2</b>	<b>511.513</b>	<b>9</b>	<b>416.942</b>	<b>7</b>	<b>355.790</b>	<b>5</b>
Renda de Aplicações Financeiras	178.194	3	87.003	2	485.832	9	31.868	1	20.597	0
Rendimentos de Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	355.095	6	288.884	4
Outras Receitas Patrimoniais	9.495	0	16.718	0	25.681	0	29.979	0	46.309	1
<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.689.612</b>	<b>29</b>	<b>2.108.388</b>	<b>35</b>	<b>2.292.666</b>	<b>43</b>	<b>2.469.840</b>	<b>38</b>	<b>2.626.032</b>	<b>38</b>
<b>da União</b>	<b>542.805</b>	<b>3</b>	<b>765.645</b>	<b>16</b>	<b>806.556</b>	<b>15</b>	<b>881.650</b>	<b>14</b>	<b>949.006</b>	<b>14</b>
<b>do Estado</b>	<b>752.683</b>	<b>21</b>	<b>901.479</b>	<b>19</b>	<b>998.982</b>	<b>19</b>	<b>1.053.402</b>	<b>16</b>	<b>1.113.970</b>	<b>16</b>
Cota-Parte ICMS	627.781	13	709.306	15	768.985	14	795.424	12	831.751	12
Cota-Parte IPVA	117.699	3	164.134	3	192.719	4	215.260	3	226.900	3
Outros	7.203	5	28.039	1	37.278	1	42.718	1	55.319	1
<b>de Convênios</b>	<b>37.403</b>	<b>2</b>	<b>17.780</b>	<b>0</b>	<b>16.061</b>	<b>0</b>	<b>12.331</b>	<b>0</b>	<b>2.156</b>	<b>0</b>
<b>Outras Transferências Correntes</b>	<b>356.721</b>	<b>3</b>	<b>423.484</b>	<b>9</b>	<b>471.067</b>	<b>9</b>	<b>522.457</b>	<b>8</b>	<b>560.900</b>	<b>8</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>208.797</b>	<b>5</b>	<b>263.664</b>	<b>5</b>	<b>228.433</b>	<b>3</b>	<b>264.883</b>	<b>4</b>	<b>288.992</b>	<b>4</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>651.891</b>	<b>16</b>	<b>152.672</b>	<b>3</b>	<b>98.108</b>	<b>2</b>	<b>232.708</b>	<b>4</b>	<b>331.471</b>	<b>5</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>650.913</b>	<b>16</b>	<b>145.389</b>	<b>3</b>	<b>93.308</b>	<b>2</b>	<b>78.438</b>	<b>2</b>	<b>89.991</b>	<b>1</b>
Títulos do Tesouro Municipal	320.481	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Créditos Internas	271.851	1	48.735	1	29.277	1	32.039	1	6.258	0
Operações de Crédito Externas	58.581	2	96.654	2	64.031	1	46.399	1	83.733	1
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>978</b>	<b>0</b>	<b>7.283</b>	<b>0</b>	<b>4.800</b>	<b>0</b>	<b>154.270</b>	<b>2</b>	<b>241.480</b>	<b>4</b>
<b>RECEITAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>342.966</b>	<b>9</b>	<b>433.458</b>	<b>9</b>	<b>403.985</b>	<b>8</b>	<b>802.402</b>	<b>13</b>	<b>1.060.146</b>	<b>15</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>274.922</b>	<b>8</b>	<b>352.650</b>	<b>7</b>	<b>372.183</b>	<b>7</b>	<b>754.605</b>	<b>12</b>	<b>1.007.031</b>	<b>14</b>
Receita de Contribuições	-	-	170.837	4	110.560	2	323.933	5	409.271	6
Receitas Patrimoniais	199.616	1	93.877	2	140.593	3	262.338	4	455.337	6
Receitas Industriais	-	-	-	-	3.805	0	5.522	0	5.158	0
Receita de Serviços	63.618	1	70.457	1	100.153	2	107.827	2	124.784	2
Transferências Correntes	1.420	0	2.206	0	1.724	0	1.816	0	3.159	0
Outras Receitas Correntes	10.268	6	15.273	0	15.348	0	53.169	1	9.322	0
<b>Receitas de Capital</b>	<b>68.044</b>	<b>1</b>	<b>80.808</b>	<b>2</b>	<b>31.802</b>	<b>1</b>	<b>47.797</b>	<b>1</b>	<b>53.115</b>	<b>1</b>
Alienação de Bens	-	-	3.425	0	1.704	0	787	0	322	0
Amortização de Empréstimo	68.044	1	77.383	2	30.098	1	47.010	1	51.933	1
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	860	0

Em R\$ mil



Destacamos para avaliação do leitor, a receita tributária e as transferências correntes, quanto aos seus pesos percentuais, nas diversas categorias.

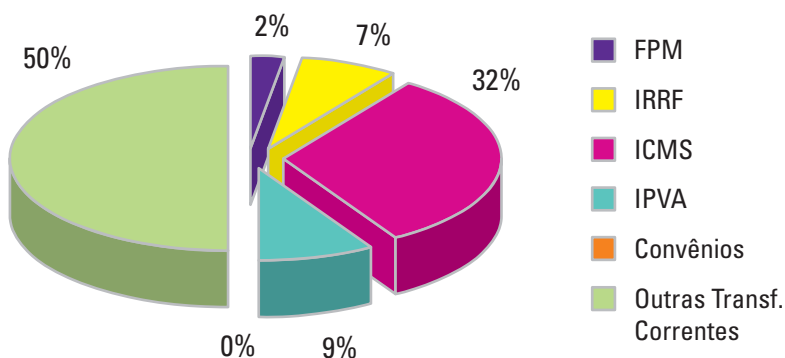
### COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM 2003



Categoria	Receita Realizada	Receita Tributária	Receita Corrente	Total
IPTU	820.152	35%	15%	12%
ISS	1.170.704	50%	21%	17%
ITBI	172.957	8%	3%	2%
Taxas	165.673	7%	3%	2%
<b>Receita Tributária</b>	<b>2.329.486</b>	<b>100%</b>	<b>42%</b>	<b>33%</b>

Em R\$ mil

### COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EM 2003

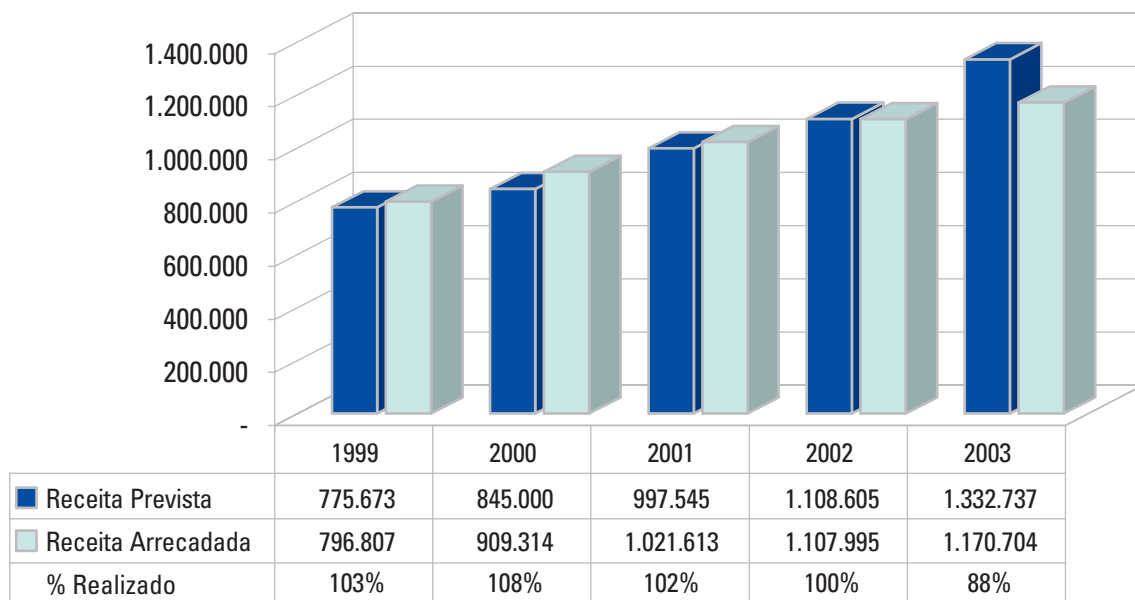


Categoria	Receita Realizada	Transferências Correntes	Receita Corrente	Total
FPM	66.448	2%	1%	1%
IRRF	189.368	7%	3%	3%
ICMS	831.751	32%	13%	12%
IPVA	226.900	9%	3%	3%
Convênios	2.156	0%	0%	0%
Outras Transf.	1.309.409	50%	20%	19%
<b>Transf. Correntes</b>	<b>2.626.032</b>	<b>100%</b>	<b>40%</b>	<b>38%</b>

Em R\$ mil

A receita de ISS continua se configurando a principal receita tributária do Município. O peso da Receita de ISS no Total das Receitas continua sendo de 17%, porém na Receita Tributária, sua participação diminuiu de 52% para 50%. A seguir pode-se acompanhar a evolução da arrecadação do ISS nos últimos cinco exercícios.

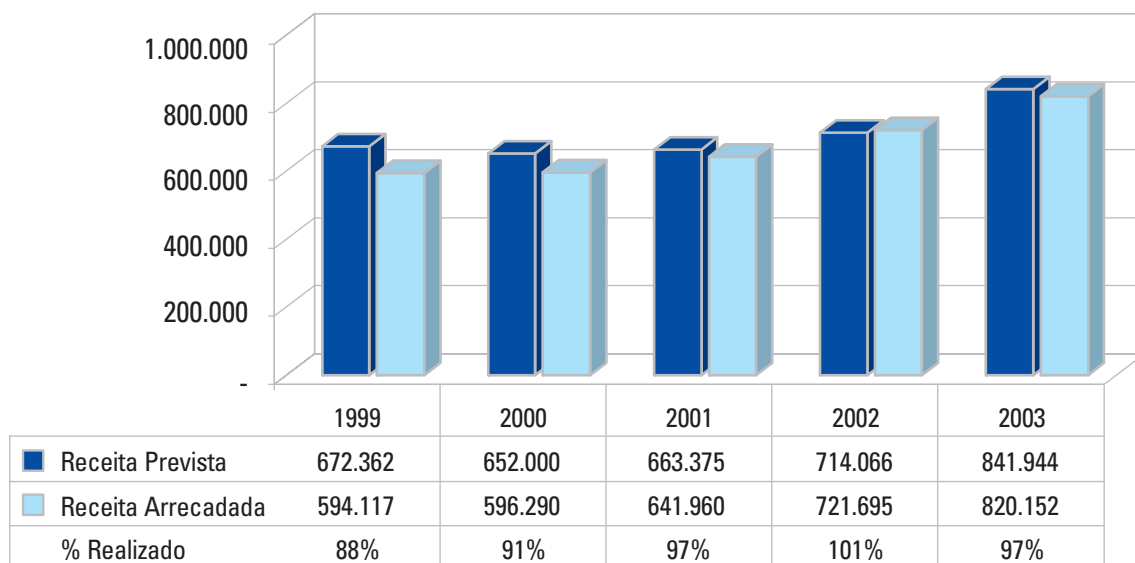
### COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS



Em R\$ mil

Dentro das Receitas Tributárias, o IPTU desponta como a segunda maior fonte, representando 12% da receita total e 35% da receita tributária do Município. O comportamento da arrecadação do IPTU nos últimos cinco exercícios é apresentado a seguir.

### COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPTU

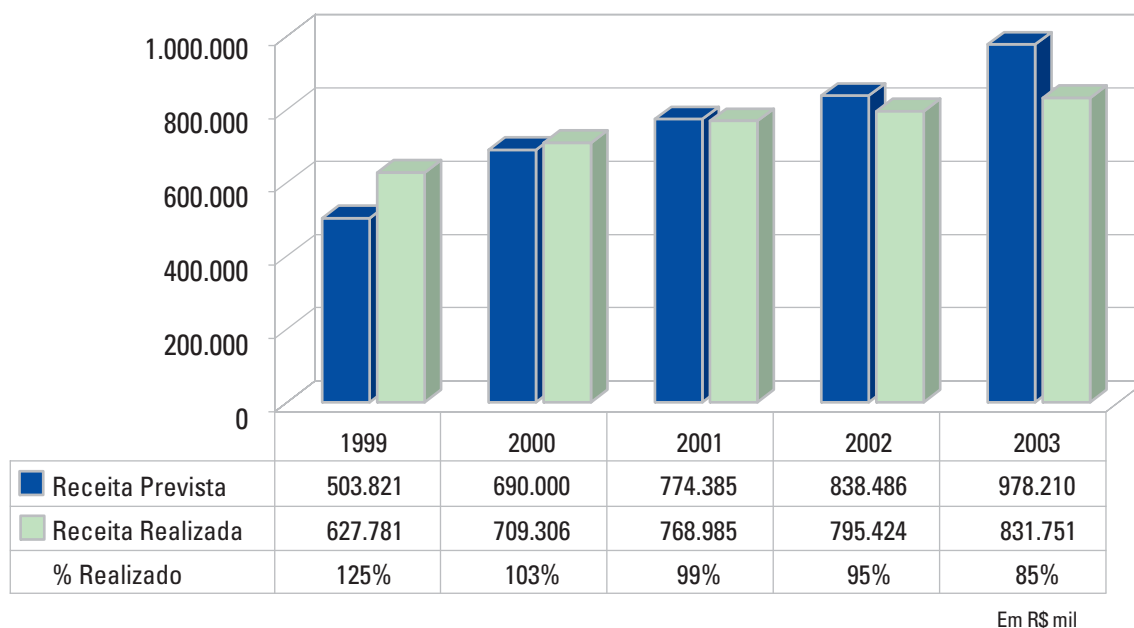


Em R\$ mil

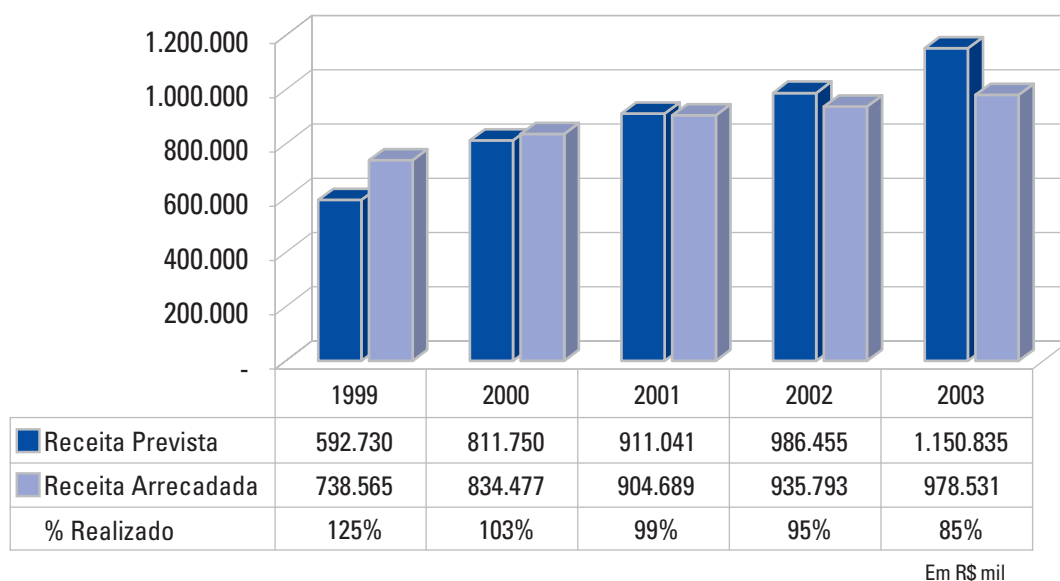
Dentre as Transferências Correntes, tem merecido destaque a Cota-parte do ICMS que, representa 12% das receitas totais. Apesar do aumento da receita ter sido de MR\$ 36.327, a arrecadação de 2003 ficou muito abaixo do previsto, fato que pode ser explicado pelo desaquecimento da economia.

Deve-se esclarecer que foi instituída em 2002, por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, a classificação DEDUÇÃO DA RECEITA, que tem como origem às retenções para o FUNDEF. Ocorre que até 2001 a demonstração do ICMS era baseada em valores brutos, visto que abatia a receita transferida pelo FUNDEF, ou seja, não se fazia o expurgo desta retenção. Dessa forma, para apresentarmos uma comparabilidade entre os últimos cinco anos, baseada nessa nova conceituação, foi necessário abatermos as retenções do FUNDEF, dos valores de 1999 a 2001.

#### COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS – TABELA SOB O CONCEITO DE DEDUÇÃO

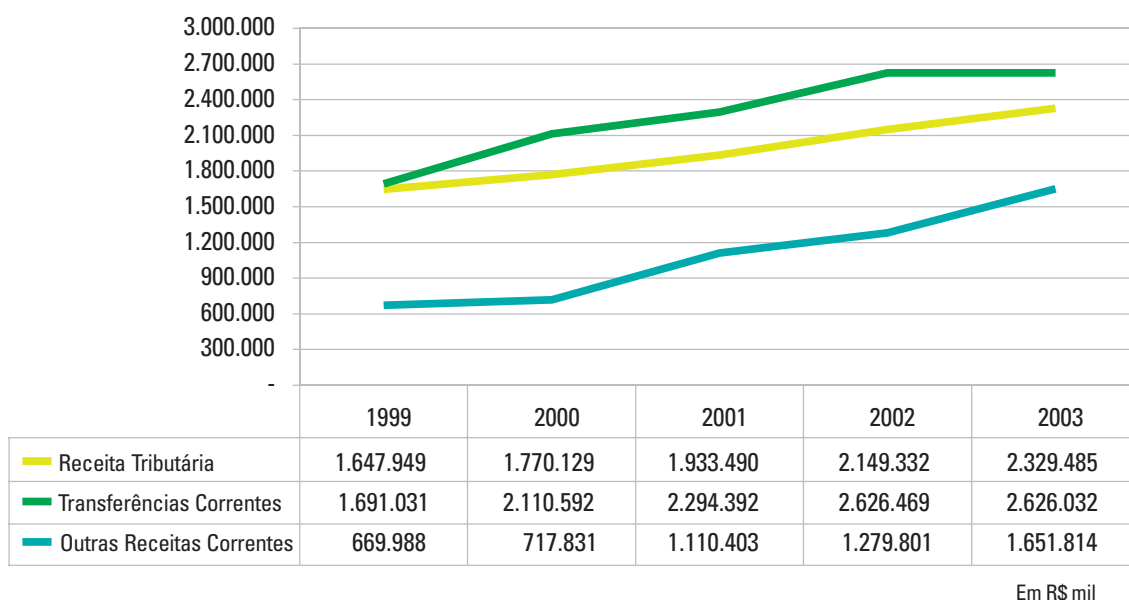


#### COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS – TABELA SOB O CONCEITO DE RECEITA BRUTA



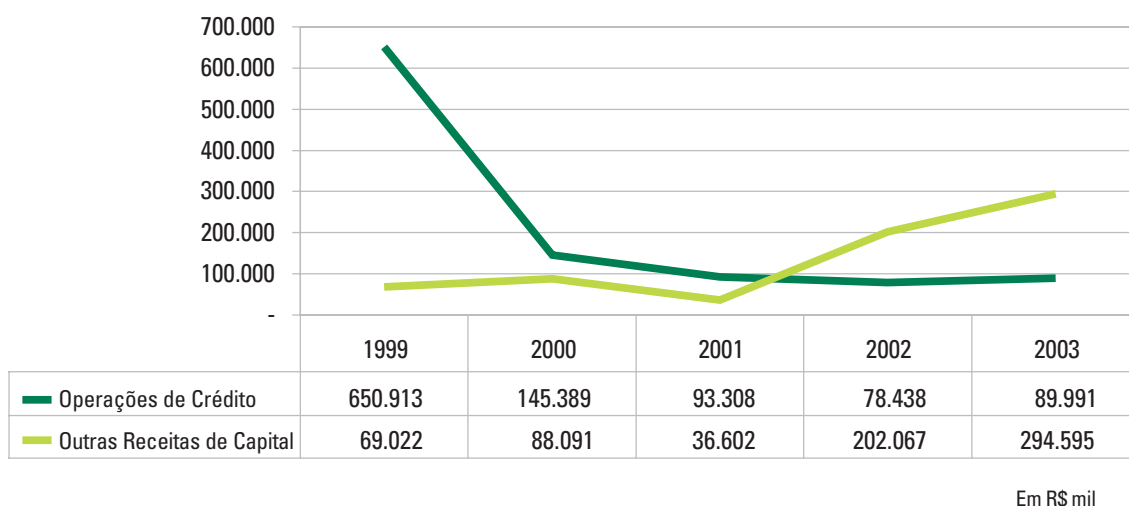
A apresentação em gráfico, demonstra de forma bem clara, o comportamento das Receitas Correntes ao longo do tempo. A receita corrente total vem apresentando comportamento constante de crescimento e, no exercício de 2003, houve um crescimento nominal abaixo da inflação.

### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



O gráfico a seguir apresenta a evolução de somente dois grupos de receita de capital. A queda abrupta da receita Operações de Crédito é motivada pela transformação dos Títulos do Tesouro Municipal e Outras Operações de Crédito Internas em Dívida Contratual com o Governo Federal em 1999. Também a avaliação da curva ascendente de Outras Receitas de Capital deve-se em grande parte ao retorno dos créditos concedidos ao Governo do Estado do RJ, sendo MR\$ 150.000 em 2002 e MR\$ 191.581 em 2003.

### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL



## DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

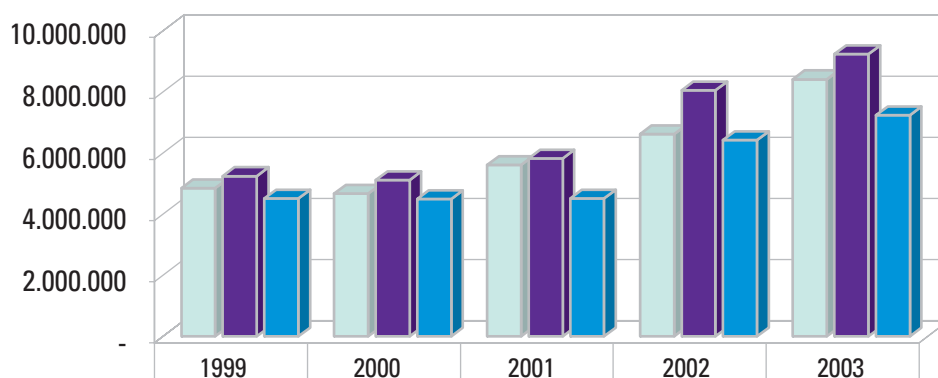
A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades.

As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas com intenção de adquirir ou construir bens de capital, capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como despesas de capital as amortizações da Dívida Interna e Externa.

A Despesa Orçamentária Total do exercício de 2003 está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que a despesa empenhada totalizou MR\$ 7.226.030, muito inferior aos MR\$ 9.229.225 do orçamento atualizado, sendo a diferença de MR\$ 2.003.195 correspondente a (-) 22%.

### DESPESA ORÇADA X DESPESA REALIZADA



	1999	2000	2001	2002	2003
Orçamento Inicial	4.841.758	4.657.863	5.599.023	6.616.342	8.403.838
Orç. Inicial Atualizado	5.237.592	5.107.545	5.819.530	8.047.602	9.229.225
Realizado	4.503.473	4.493.765	4.505.238	6.415.050	7.226.030
% Realizado	86%	88%	77%	80%	78%

Em R\$ mil

**OBS.: O Orçamento Inicial Atualizado da despesa para o período representa a Despesa Total Prevista para cada exercício, acrescentando-se eventuais créditos.**

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação orçamentária das despesas nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

A seguir é apresentado o quadro resumo das despesas orçamentárias por categoria econômica nos exercícios de 1999 a 2003. Ao compararmos a despesa total empenhada de 2003 com a de 2002, verificamos um aumento de R\$ 810.979, tendo ocorrido uma variação de 12,64%.

A Despesa Ordinária representou 97,12% do total das despesas orçamentárias no exercício de 2003, o que reflete o mesmo patamar observado no exercício de 2002 (97,43%).

Houve um incremento em valores nominais das despesas correntes da ordem de 10,73%. Nesta categoria econômica, o maior acréscimo ocorreu em pessoal e encargos sociais que variaram 15,99%, por sua vez, a despesa empenhada com juros e encargos da dívida cresceu nominalmente 12,11% e outras despesas correntes 2,17%.

A variação de 2,17% em Outras Despesas Correntes demonstra a preocupação em atender fielmente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, através da contenção da evolução dos gastos direcionados ao custeio.

Embora a despesa corrente tenha aumentado em valores nominais, sua participação no total da despesa alcançou patamar próximo ao do ano anterior (85% em 2002 e 83% em 2003). Conseqüentemente, a participação das despesas de capital sobre o total empenhado também não sofreu grande variação (15% em 2002 contra 17% em 2003).

Dentro das despesas de capital os investimentos cresceram nominalmente 9,25% e a amortização da dívida 26,30%. Porém, o maior incremento foi em inversões financeiras (74,70%), em virtude de operação de compra de direitos creditícios do governo do Estado do Rio de Janeiro sobre os royalties do petróleo. Esta aquisição, ocorrida em abril, montou R\$ 191.581.

A comparação entre os grupos de despesas correntes deve ser observada com reservas, haja vista a reclassificação orçamentária de algumas despesas, em virtude da alteração no classificador de despesas que decorreu da mudança de conceituação e codificação das naturezas de despesas efetuada pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Assim, algumas despesas que, em 2001, eram classificadas como "Outros Custeios" ou "Transferências a Pessoas" (inativos, por exemplo) passaram a ser classificadas a partir de 2002 como "Pessoal e Encargos Sociais".

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – EVOLUÇÃO

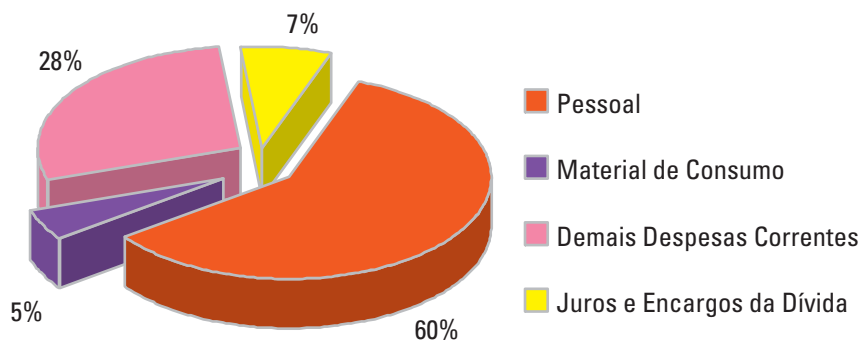
CATEGORIAS ECONÔMICAS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>4.503.473</b>	<b>100</b>	<b>4.493.765</b>	<b>100</b>	<b>4.505.238</b>	<b>100</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.484.897</b>	<b>77</b>	<b>4.029.044</b>	<b>90</b>	<b>4.069.644</b>	<b>90</b>	<b>5.443.226</b>	<b>85</b>	<b>6.027.199</b>	<b>83</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.981.348</b>	<b>44</b>	<b>2.195.606</b>	<b>49</b>	<b>2.376.376</b>	<b>53</b>	<b>3.094.956</b>	<b>48</b>	<b>3.589.975</b>	<b>50</b>
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.114.410	25	1.165.794	26	1.306.991	29	1.547.094	24	1.836.968	26
Inativos	559.785	12	610.477	14	667.670	15	779.612	12	877.795	12
Outras Desp. de Pessoal e Enc. Sociais	307.153	7	419.335	9	401.715	9	768.250	12	875.212	12
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>189.695</b>	<b>4</b>	<b>292.557</b>	<b>7</b>	<b>251.292</b>	<b>6</b>	<b>382.601</b>	<b>6</b>	<b>428.926</b>	<b>6</b>
<b>Material de Consumo</b>	<b>160.271</b>	<b>4</b>	<b>207.189</b>	<b>5</b>	<b>190.508</b>	<b>4</b>	<b>269.551</b>	<b>4</b>	<b>296.377</b>	<b>4</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.153.583</b>	<b>26</b>	<b>1.333.692</b>	<b>30</b>	<b>1.251.468</b>	<b>28</b>	<b>1.696.118</b>	<b>26</b>	<b>1.711.921</b>	<b>23</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.018.576</b>	<b>23</b>	<b>464.721</b>	<b>10</b>	<b>435.594</b>	<b>10</b>	<b>971.825</b>	<b>15</b>	<b>1.198.831</b>	<b>17</b>
<b>Investimentos</b>	<b>285.325</b>	<b>6</b>	<b>340.658</b>	<b>8</b>	<b>293.898</b>	<b>7</b>	<b>640.604</b>	<b>10</b>	<b>699.835</b>	<b>10</b>
Obras e Instalações	215.832	5	281.009	6	236.258	5	534.432	8	522.469	7
Equipamentos e Material Permanente	37.053	1	37.150	1	29.656	1	62.224	1	36.022	1
Outros Investimentos	32.440	1	22.499	1	27.984	1	43.948	1	141.344	2
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>123.832</b>	<b>3</b>	<b>48.406</b>	<b>1</b>	<b>18.958</b>	<b>0</b>	<b>166.645</b>	<b>3</b>	<b>291.137</b>	<b>4</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>609.419</b>	<b>14</b>	<b>75.657</b>	<b>2</b>	<b>122.738</b>	<b>3</b>	<b>164.576</b>	<b>3</b>	<b>207.859</b>	<b>3</b>

Em R\$ mil

Destacamos a magnitude da natureza de Pessoal na composição das Despesas Correntes, atingindo ao final de 2003 o percentual de 60%. Em relação ao exercício anterior houve um aumento de 3%.

Quanto a natureza de Juros e Encargos da Dívida, houve um aumento de MR\$ 46.325 em relação ao exercício anterior, mesmo que se tenha mantido o percentual de 7% em ambos os exercícios.

### COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE EM 2003



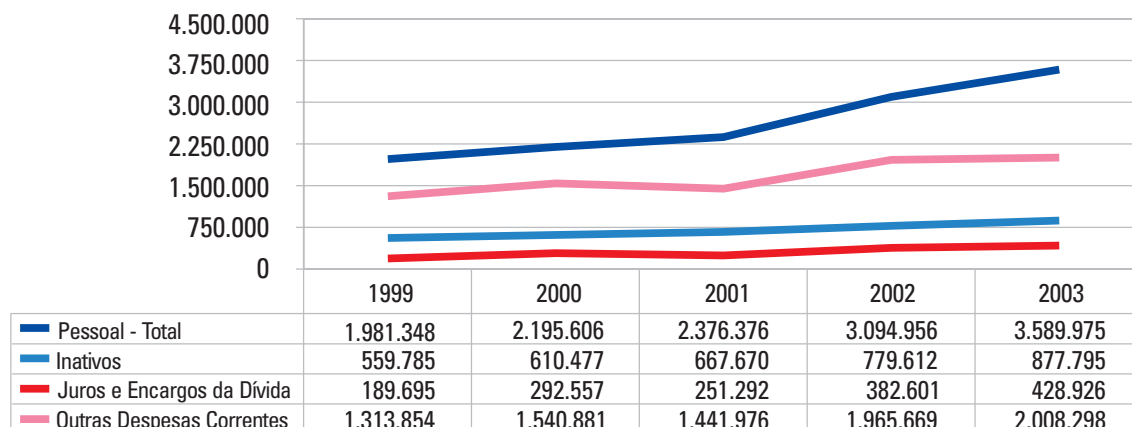
VALORES	2003	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CORRENTE	TOTAL
Pessoal	3.589.975	60%	50%
Material de Consumo	296.377	5%	4%
Demais Despesas Correntes	1.711.921	28%	24%
Juros e Encargos da Dívida	428.926	7%	6%
DESPESA CORRENTE	6.027.199	100%	83%
TOTAL	7.226.030		100%

Em R\$ mil

Observando o gráfico abaixo, podemos verificar que o crescimento em ritmo constante da despesa com Inativos, demonstrando que, salvo qualquer influência externa abrupta, pode-se esperar similar comportamento em exercícios futuros.

Também podemos observar na despesa de Pessoal a maior curva de crescimento. Tal fato deve-se a adoção em 2001, do IPCA-E como índice de correção dos vencimentos da Administração Municipal, portanto ficando esta despesa atrelada indiretamente ao comportamento da inflação.

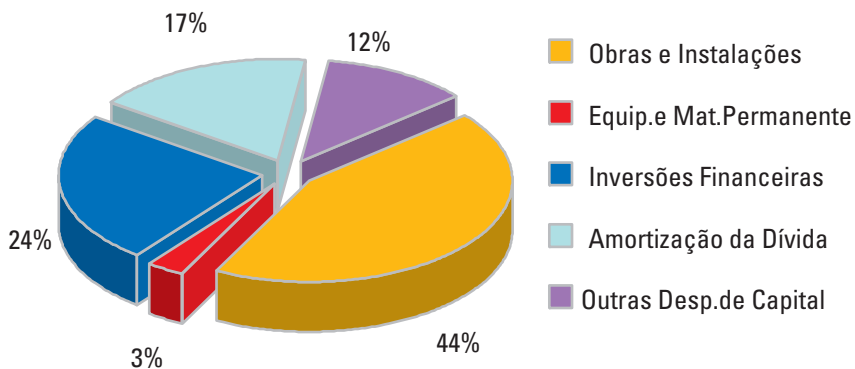
### EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE



Em R\$ mil

Nas Despesas de Capital em 2003, houve um aumento total de MR\$ 227.006 em relação a 2002, o que representa uma variação percentual de 23,36%. Em valores nominais o maior incremento ocorreu na categoria "Inversões Financeiras" com o aumento de MR\$ 124.492. Tanto foi assim que a participação de Inversões Financeiras em relação às despesas de capital subiu de 17% (2002) para 24% (2003); em virtude da operação de compra de direitos creditícios do Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre os royalties do petróleo, ocorrida em abril, montando em MR\$ 191.581.

### COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL EM 2003

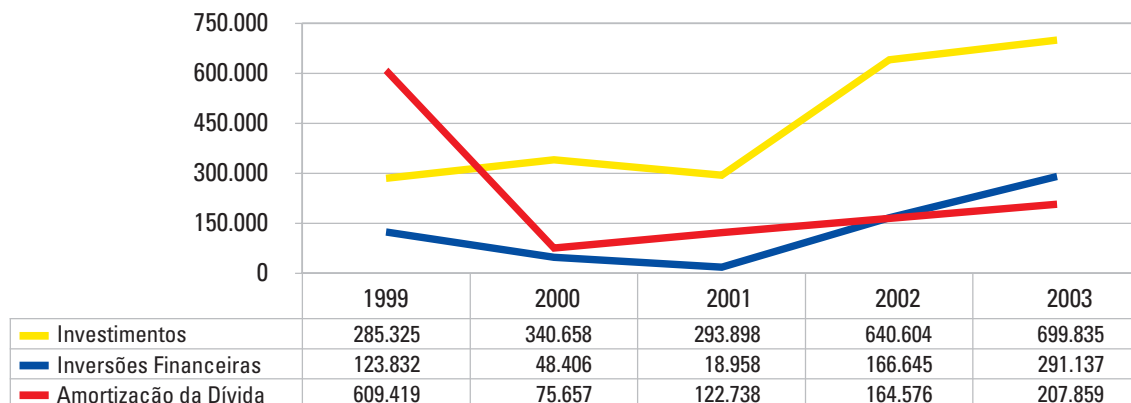


VALORES	2003	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CAPITAL	TOTAL
Obras e Instalações	522.469	44%	8%
Equip.e Mat.Permanente	36.022	3%	1%
Inversões Financeiras	291.137	24%	4%
Amortização da Dívida	207.859	17%	2%
Outras Desp.de Capital	141.344	12%	2%
DESPESA CAPITAL	1.198.831	100%	17%
TOTAL	7.226.030		100%

Em R\$ mil

Observando o gráfico abaixo, podemos notar que nos três grupos selecionados, o comportamento de suas linhas apresenta graus de crescimentos distintos.

### EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



Em R\$ mil



## Despesa por Órgão

A Administração Municipal é composta pelos Poderes Legislativo e Executivo. Divide-se o Poder Executivo entre órgãos da Administração Direta e Administração Indireta podendo estes ser gerencialmente classificados como Atividades Meio ou Atividades Fim.

Além destes órgãos, existem os Encargos Gerais do Município onde são classificadas as despesas onde não é possível alocar a apenas um órgão como por exemplo as despesas de iluminação pública, pagamento e amortização da dívida pública, entre outras.

Na tabela a seguir é apresentada a despesa total empenhada de todos os órgãos existentes na estrutura municipal no decorrer do ano de 2003. Dentre os que atingiram maiores variações nominais positivas, estão: Secretaria Municipal de Saúde (MR\$ 182.166); Secretaria Municipal de Educação (MR\$ 177.667); Funprevi (MR\$ 110.898); e Previ-Rio (MR\$ 74.798).

Em contra partida, os órgãos que tiveram maiores reduções nominais no exercício de 2003 foram: Fundo-Rio (MR\$ (-) 54.849); Secretaria Municipal de Meio Ambiente (MR\$ (-) 37.581); Secretaria Municipal de Obras (MR\$ (-) 35.697); Secretaria Municipal de Habitação (MR\$ (-) 30.238); e Fundação Parques e Jardins (MR\$ (-) 20.930).

ÓRGÃOS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
<b>PODDER LEGISLATIVO</b>	<b>179.809</b>	<b>4</b>	<b>164.344</b>	<b>4</b>	<b>172.730</b>	<b>4</b>	<b>207.678</b>	<b>3</b>	<b>233.392</b>	<b>3</b>
Câmara Municipal	138.590	3	123.265	3	129.451	3	159.212	2	172.348	2
Tribunal de Contas	41.219	1	41.079	1	43.279	1	48.466	1	61.044	1
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>4.323.664</b>	<b>96</b>	<b>4.329.420</b>	<b>96</b>	<b>4.332.507</b>	<b>96</b>	<b>6.207.373</b>	<b>97</b>	<b>6.992.638</b>	<b>97</b>
<b>Atividade - Fim</b>	<b>2.359.525</b>	<b>52</b>	<b>2.738.794</b>	<b>61</b>	<b>2.751.834</b>	<b>62</b>	<b>3.946.125</b>	<b>61</b>	<b>4.326.628</b>	<b>60</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>1.666.633</b>	<b>37</b>	<b>1.961.570</b>	<b>44</b>	<b>2.009.435</b>	<b>45</b>	<b>2.940.108</b>	<b>45</b>	<b>3.302.273</b>	<b>46</b>
Sec.Mun.das Culturas	12.621	0	12.486	0	22.017	0	31.270	1	29.698	0
Sec.Mun. Assistência Social	38.366	1	45.232	1	47.869	1	74.644	1	117.808	2
Sec.Mun. Educação	556.108	12	636.298	14	703.178	16	1.019.018	16	1.196.685	17
Sec.Mun. Habitação	144.676	3	160.293	4	124.027	3	205.155	3	174.917	3
Sec.Mun. Meio Ambiente	13.351	0	26.711	1	23.989	1	78.104	1	40.523	1
Sec.Mun. Obras	159.291	4	140.972	3	115.940	3	194.389	3	158.692	2
Sec.Mun. Saúde	679.602	15	868.895	19	916.184	20	1.229.597	19	1.411.763	20
Sec.Mun. Trabalho	8.216	0	7.297	0	2.500	0	5.554	0	22.457	0
Sec.Esp. Transporte	20.735	1	26.824	1	18.768	0	24.769	0	26.819	0
Sec.Esp. Turismo	217	0	193	0	323	0	393	0	572	0
Sec.Mun. Urbanismo	13.956	0	12.105	0	11.816	0	14.798	0	18.789	0
Sec.Mun. Esportes e Lazer	18.915	1	23.731	1	22.824	1	60.364	1	100.668	1
Sec.Esp. Monumentos Públicos	579	0	533	0	-	-	-	-	-	-
Sec. Esp. Prevenção à Dependência Química	-	-	-	-	-	-	577	0	875	0
Sec. Esp. Terceira Idade	-	-	-	-	-	-	1.085	0	596	0
Sec. Esp. Promoção e Defesa dos Animais	-	-	-	-	-	-	391	0	1.411	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>692.892</b>	<b>15</b>	<b>777.224</b>	<b>17</b>	<b>742.399</b>	<b>17</b>	<b>1.006.017</b>	<b>16</b>	<b>1.024.355</b>	<b>14</b>
Cet Rio	23.376	1	35.148	1	28.364	1	38.521	1	45.976	1
Comlurb	286.120	6	295.101	7	315.398	7	366.085	6	415.701	6
Fundação Rio	947	0	1.080	0	1.142	0	1.136	0	1.379	0
Fundo-Rio	37.912	1	45.437	1	49.465	1	65.989	1	11.140	0
Funlar	8.339	0	8.873	0	8.290	0	13.486	0	16.914	0
Geo-Rio	15.535	0	9.966	0	10.025	0	13.968	0	12.149	0
Guarda Municipal	74.295	2	85.088	2	94.730	2	106.443	2	113.807	2
Imprensa da Cidade	4.491	0	5.881	0	4.051	0	8.871	0	8.491	0
Multi-Rio	9.453	0	10.212	0	9.489	0	14.343	0	16.754	0
Parques e Jardins	12.143	0	18.644	0	29.792	1	49.659	1	28.729	1
Planetário	1.885	0	2.164	0	2.389	0	3.537	0	3.743	0
Rio Centro	10.890	0	8.898	0	8.346	0	9.288	0	12.614	0
Rio Cop	-	-	114	0	237	0	300	0	167	0
Rio Esportes	25.528	1	36.327	1	13.996	1	23.422	0	20.174	0
Rio Filme	7.900	0	5.753	0	7.269	0	14.401	0	16.649	0
Rio Luz	31.127	1	31.684	1	21.396	1	24.950	1	35.924	1
Rio Urbe	50.885	1	79.514	2	55.562	1	139.596	2	149.730	2
Rio-Águas	9.036	0	15.601	0	10.220	0	24.829	0	19.538	0
Rio-Arte	16.685	1	23.884	1	19.848	1	28.569	1	27.799	0
Riotur	53.750	1	46.548	1	42.058	1	45.818	1	52.711	1
Rio-Zoo	5.687	0	5.627	0	5.229	0	6.093	0	7.097	0
Smtu	6.908	0	5.680	0	5.103	0	6.713	0	7.169	0
<b>Atividade - Meio</b>	<b>665.019</b>	<b>15</b>	<b>1.059.284</b>	<b>23</b>	<b>1.051.007</b>	<b>22</b>	<b>1.325.278</b>	<b>21</b>	<b>1.540.903</b>	<b>21</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>208.353</b>	<b>4</b>	<b>214.893</b>	<b>4</b>	<b>209.425</b>	<b>4</b>	<b>225.288</b>	<b>4</b>	<b>252.520</b>	<b>4</b>
Controladoria Geral	13.077	0	14.490	0	12.913	0	15.808	0	14.839	0
Gabinete do Prefeito	49.842	1	43.926	1	36.993	1	39.264	1	37.725	1
Procuradoria Geral	33.368	1	38.063	1	40.989	1	34.146	1	37.956	1
Sec.Mun. Governo	11.634	0	12.745	0	13.575	0	18.018	0	24.189	0
Sec.Mun. Administração	17.865	0	18.128	0	19.524	0	23.946	0	38.710	1
Sec.Esp. Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	-	1.566	0
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	783	0	693	0	439	0	871	0	1.455	0
Sec.Mun. Fazenda	79.058	2	84.716	2	83.201	2	91.583	2	94.277	1
Sec.Esp. Publicidade, Propaganda e Pesquisa	399	0	356	0	368	0	498	0	857	0
Sec.Esp. Desenv.Ciência e Tecnologia	2.327	0	1.776	0	1.423	0	1.154	0	946	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>456.666</b>	<b>11</b>	<b>844.391</b>	<b>19</b>	<b>841.582</b>	<b>18</b>	<b>1.099.990</b>	<b>17</b>	<b>1.288.383</b>	<b>17</b>
Fund. João Goulart	2.155	0	1.587	0	3.524	0	6.004	0	5.463	0
Funprevi	-	-	-	-	-	-	1.000.475	16	1.111.373	15
Inst. Pereira Passos	24.920	1	17.565	0	4.841	0	7.322	0	7.308	0
Iplan-Rio	45.277	1	64.760	2	57.625	1	65.146	1	68.398	1
Prev-Rio	384.314	9	760.479	17	775.592	17	21.043	0	95.841	1
<b>Atividade - Encargos Gerais</b>	<b>1.299.120</b>	<b>29</b>	<b>531.342</b>	<b>12</b>	<b>529.666</b>	<b>12</b>	<b>935.971</b>	<b>15</b>	<b>1.125.107</b>	<b>16</b>
<b>Total</b>	<b>4.503.473</b>	<b>100</b>	<b>4.493.764</b>	<b>100</b>	<b>4.505.237</b>	<b>100</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

A execução orçamentária da despesa possui no nível mais agregado as distribuições por função de governo. No exercício de 2002 houve uma modificação da classificação funcional-programática, passando as funções de governo a serem desagrupadas. Para permitir a comparabilidade de forma gerencial entre os exercícios, as tabelas e gráficos desta Prestação de Contas Simplificada, serão apresentados de forma agrupadas, nos mesmos moldes da classificação funcional-programática adotada até 2001.

Comparando os exercícios de 2002 com 2003, as funções que mais cresceram em termos nominais foram: Educação e Cultura (MR\$ 264.018); Administração e Planejamento (MR\$ 205.226); Saúde e Saneamento (MR\$ 184.584); e Assistência e Previdência (MR\$ 136.570). Pode-se constatar também que a única função de governo a sofrer retração em suas aplicações foi Habitação e Urbanismo, com redução de (-) MR\$ 57.668.

Em percentuais os destaques foram: Trabalho (+ 304%); Assistência e Previdência (+ 22%); Judiciária (+ 20%); Administração e Planejamento (+ 18%); e sendo a única redução, Habitação e Urbanismo (- 5%).

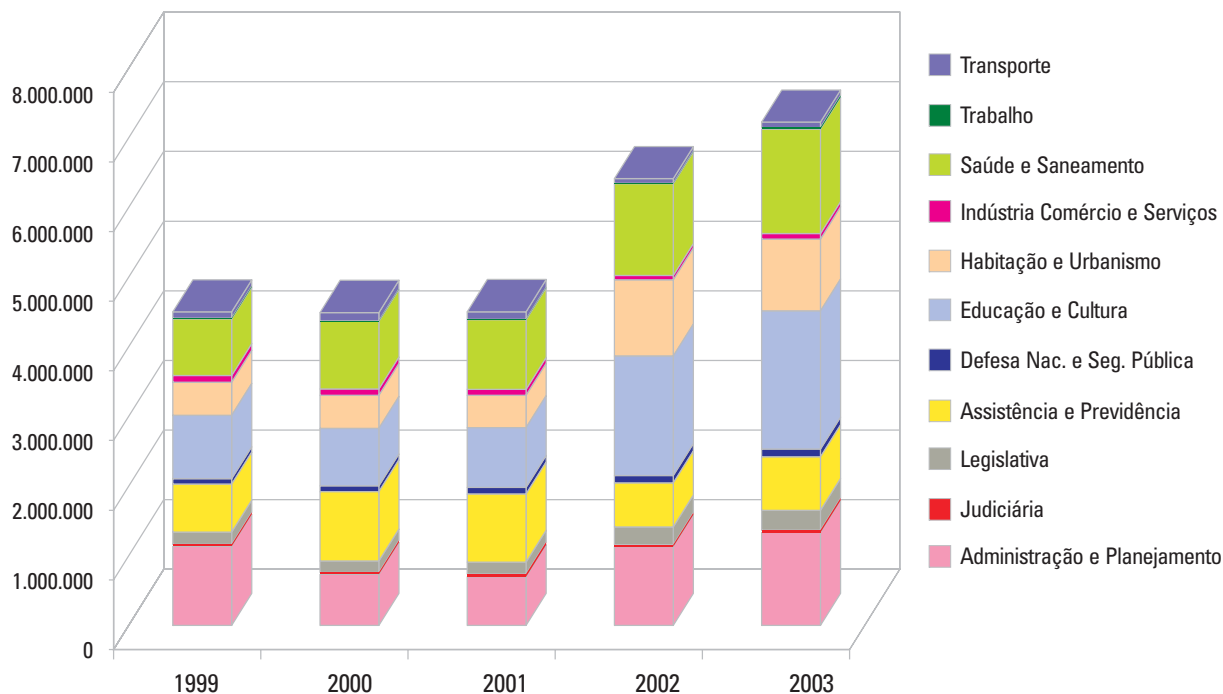
Nas páginas seguintes, poderão ser verificadas as despesas empenhadas por Função de Governo, relativas as Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 1999 a 2003.

## Despesa por Função de Governo - Composição

### DESPESA TOTAL

Ano	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Atividade Meio</b>					
Administração e Planejamento	1.136.555	732.999	699.309	1.130.422	1.335.648
Judiciária	26.042	30.226	37.380	27.125	32.579
Legislativa	179.809	164.344	172.730	257.081	286.176
<b>Sub-Total</b>	<b>1.342.406</b>	<b>927.569</b>	<b>909.419</b>	<b>1.414.628</b>	<b>1.654.403</b>
<b>Atividade Fim</b>					
Assistência e Previdência	687.754	992.666	977.050	628.249	764.819
Defesa Nac. e Seg. Pública	74.633	85.780	95.206	107.012	114.039
Educação e Cultura	908.168	819.628	857.714	1.718.780	1.982.798
Habitação e Urbanismo	479.742	478.341	467.426	1.091.129	1.033.461
Indústria Comércio e Serviços	98.243	89.300	85.249	65.524	75.333
Saúde e Saneamento	812.049	973.661	997.692	1.314.172	1.498.756
Trabalho	8.031	6.925	2.476	5.554	22.457
Transporte	92.449	119.894	113.006	70.003	79.964
<b>Sub-Total</b>	<b>3.161.067</b>	<b>3.566.195</b>	<b>3.595.818</b>	<b>5.000.423</b>	<b>5.571.627</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>4.503.473</b>	<b>4.493.764</b>	<b>4.505.237</b>	<b>6.415.051</b>	<b>7.226.030</b>

Em R\$ mil



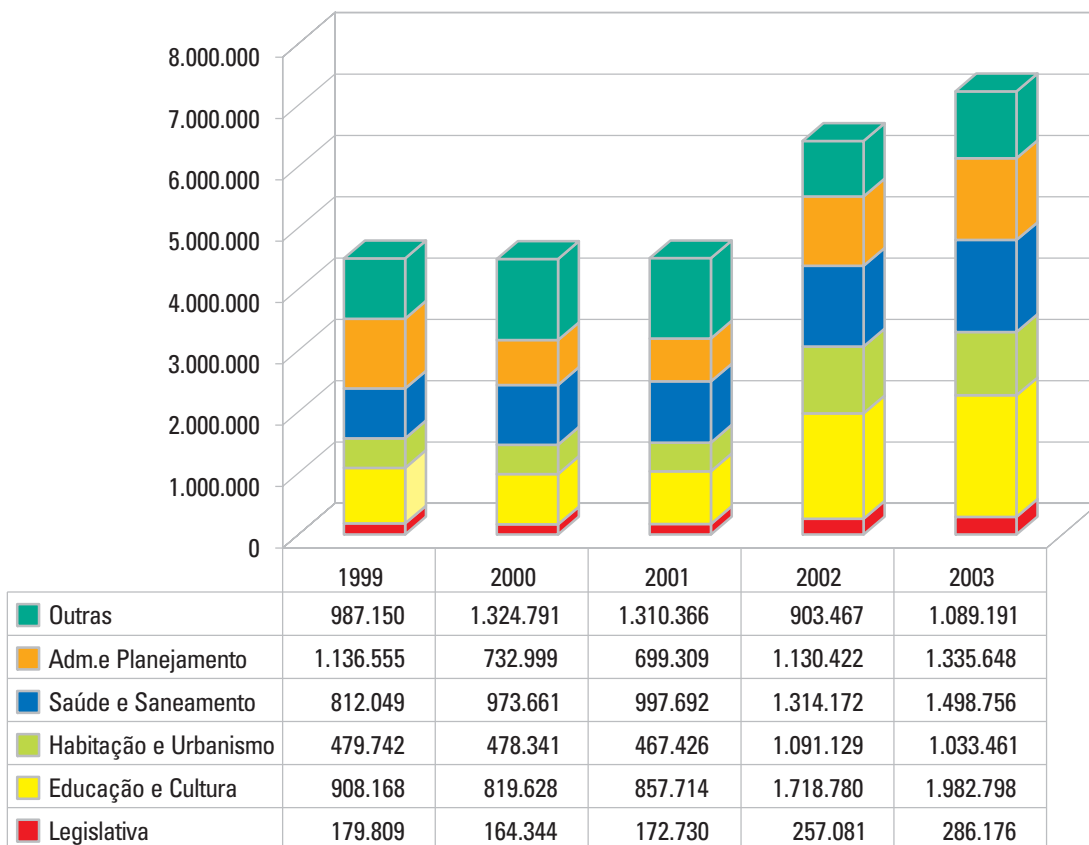
Salientamos que na função "Administração e Planejamento" estão presentes, além dos gastos de custeio e manutenção, despesas com encargos e amortização da dívida pública, entre outras.

No exercício de 2003 a Prefeitura aumentou a realização, em valores nominais, da despesa em todas as áreas de atuação de governo, exceto "Habitação e Urbanismo". O percentual de aumento geral foi de 12,64%, sendo MR\$ 239.775 de acréscimo nas Atividades Meio e MR\$ 571.204 nas Atividades Fim.

## Despesa por Funções de Governo - Evolução Anual

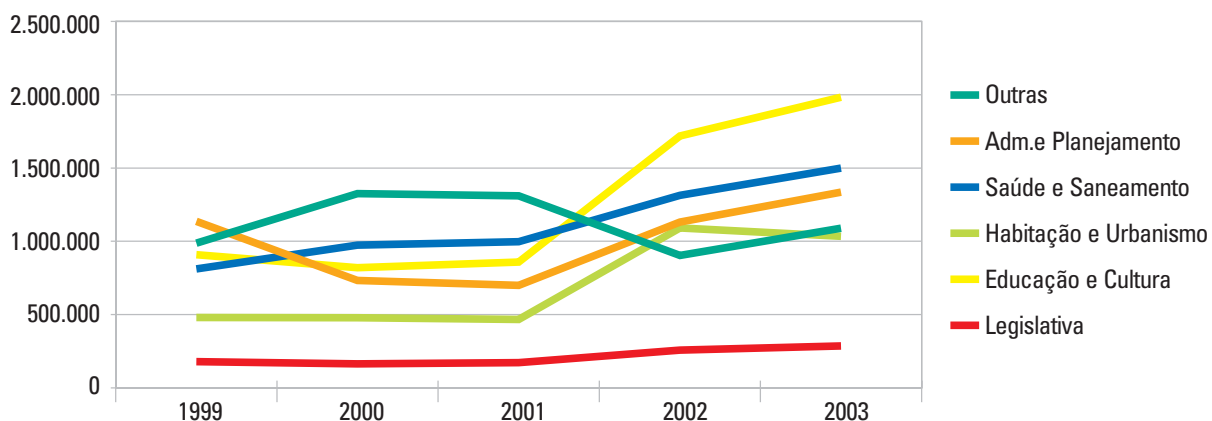
Nos gráficos a seguir, poderemos verificar a evolução e o comportamento ao longo do tempo das funções selecionadas.

Neste último ano, o comportamento das funções apresentadas, é bastante similar. Com exceção da função "Habitação e Urbanismo", onde sua reta retrata uma inclinação negativa de 5%. Todas as outras funções trazem crescimento e inclinação de mesma grandeza, senão vejamos. A inclinação da reta da função Educação e Cultura representa uma variação percentual de 15%; na Saúde e Saneamento a inclinação representa um acréscimo percentual de 14%; já a reta de Administração e Planejamento traz a representação de uma variação de 18%; a função Legislativa, onde iremos encontrar a menor inclinação, representa a variação percentual de 11%; e as restantes funções, concentradas em Outras, traz a representação gráfica de uma variação de 21%.



Em R\$ mil

## EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO



## Despesa por Função de Governo - Participação Percentual

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 1999 a 2003 onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios.

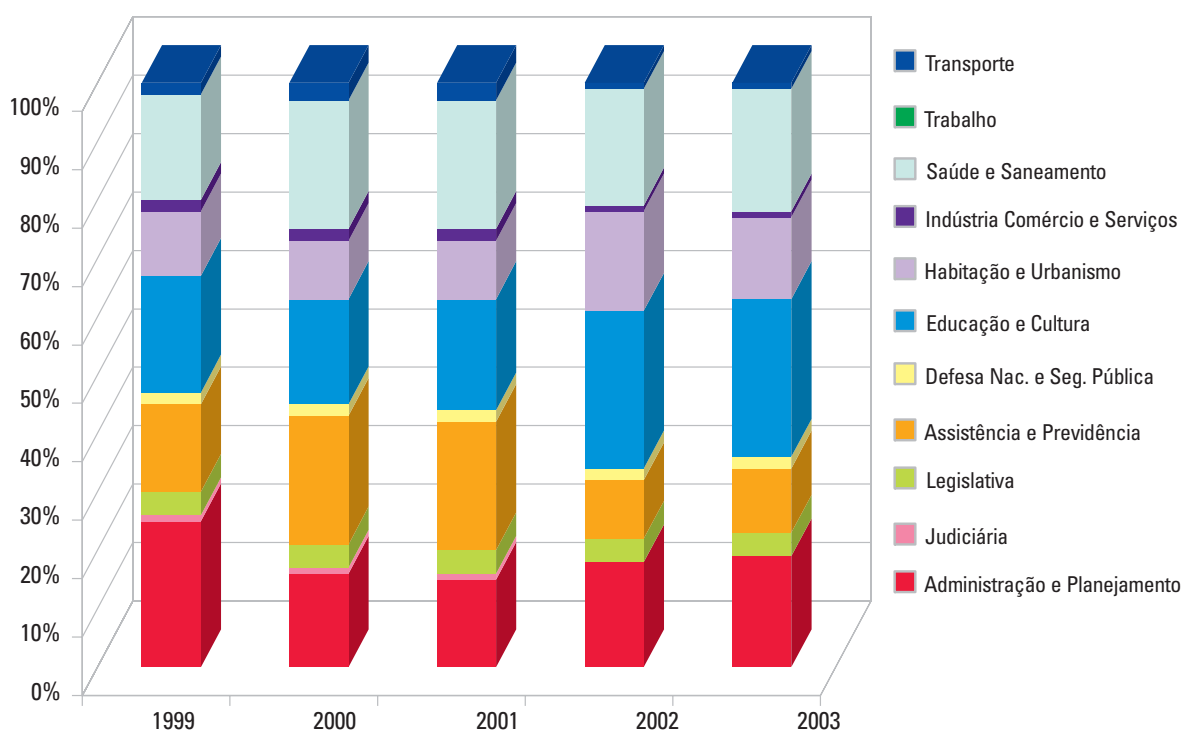
As quatro funções onde encontramos as maiores aplicações de recursos são: Educação e Cultura (27%); Saúde e Saneamento (21%); Administração e Planejamento (19%); e Habitação e Urbanismo (14%).

Pode-se observar que, em média, nos últimos cinco anos, aproximadamente 77% da despesa empenhada da Prefeitura foram destinados a Atividade Fim.

### DESPESA TOTAL %

Valor Total no Ano	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Atividade Meio</b>	<b>30</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>23</b>
Administração e Planejamento	25	16	15	18	19
Judiciária	1	1	1	0	0
Legislativa	4	4	4	4	4
<b>Atividade Fim</b>	<b>70</b>	<b>79</b>	<b>80</b>	<b>78</b>	<b>77</b>
Assistência e Previdência	15	22	22	10	11
Defesa Nac. e Seg. Pública	2	2	2	2	2
Educação e Cultura	20	18	19	27	27
Habitação e Urbanismo	11	10	10	17	14
Indústria Comércio e Serviços	2	2	2	1	1
Saúde e Saneamento	18	22	22	20	21
Trabalho	0	0	0	0	0
Transporte	2	3	3	1	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

### REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL



## Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho - Administração Direta e Indireta

No quadro abaixo estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho da Prefeitura, relativos a projetos realizados em 2003.

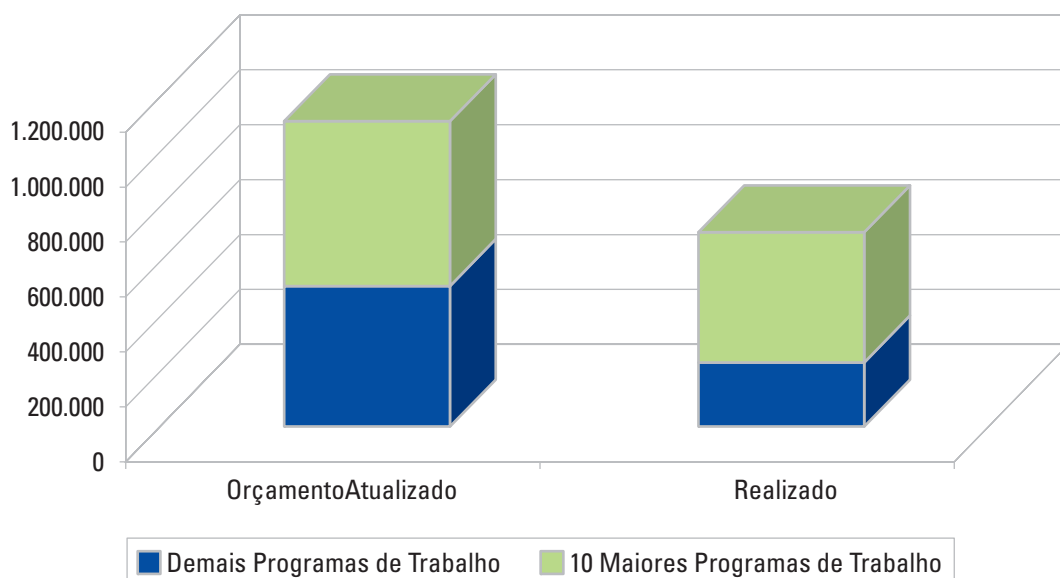
O número total de Programas de Trabalho é de 579 e o total empenhado de MR\$ 707.503, correspondente a 64% do Orçamento Atualizado de 2003.

É importante ressaltar que o conceito de Programa de Trabalho voltado para Projeto, elenca o total de novas realizações efetuadas durante o exercício, onde não são levadas em conta as quantias despendidas com o apoio e manutenção de atividades já existentes.

### APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO - ADM.DIRETA E INDIRETA

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada
Programa de Assentamentos Populares - Proap -Rio/BID II	127.817	110.745	87%
Macro Intervenções de Infra-Estrutura, Drenagem, Urbanizacao e Reurbanização	103.327	92.426	89%
Construções, Ampliações e Reformas de Unidades de Saúde	82.962	66.533	80%
Obras e Equipamentos para Rede de Ensino	92.635	63.497	69%
Construção de Unidades Esportivas e de Lazer	44.710	27.739	62%
Projeto Carnaval	26.738	26.309	98%
Jogos Pan-Americanos de 2007	27.423	23.614	86%
Obras de Pavimentação de Logradouros	36.639	23.164	63%
Obras de Urbanização em Comunidades Carentes - Rio Comunidades	29.185	22.664	78%
Programa Favela-Bairro	28.685	17.508	61%
<b>TOTAL DOS 10 MAIORES</b>	<b>600.121</b>	<b>474.199</b>	<b>79%</b>
<b>Número de outros programas de trabalho 569</b>	<b>511.499</b>	<b>233.304</b>	<b>46%</b>
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>1.111.620</b>	<b>64%</b>

Em R\$ mil



# LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

## Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 2003

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu no exercício de 2003, 38,36% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Sendo assim, a aplicação mínima seria de MR\$ 1.030.861, no entanto o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.581.789, ou seja, MR\$ 550.928 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal.

A maior parcela da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou MR\$ 1.303.383 do total aplicado, sendo que MR\$ 880.665 foram gastos com pessoal ativo e MR\$ 422.718 com pessoal inativo da Educação.

No custeio e manutenção das 1.048 escolas da rede pública, como também na aquisição de equipamentos e obras, foram utilizados MR\$ 238.009.

Entre as receitas, cabe ressaltar que, do valor recebido do FUNDEF, que montou MR\$ 560.900, foram MR\$ 161.105 referente a parcela do Município na constituição do próprio FUNDEF e MR\$ 399.796 de valores adicionais na composição do FUNDEF pelos critérios federais.

RECEITA			DESPESA			
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA	DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA
<b>1. IMPOSTOS PRÓPRIOS</b>	<b>2.468.633</b>	<b>2.233.171</b>	<b>1. SME</b>	<b>1.238.293</b>	<b>1.135.371</b>	<b>1.128.343</b>
IPTU	841.944	820.152	Pessoal Ativo	900.466	880.665	880.546
ISS	1.332.737	1.170.704	Custeio / Manutenção da Rede Física	177.583	156.653	153.211
ITBI	198.642	172.957	Equip. Escolar / Construção / Obras em Escolas	135.174	81.356	78.593
Dívida Ativa de Impostos	95.309	69.359	MULTIRIO	25.070	16.698	15.994
<b>2. TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>1.260.679</b>	<b>1.068.981</b>	<b>2. RIORBE</b>	<b>280</b>	-	-
Cota-Parte do ICMS	1.150.835	978.531	Construção de Escolas / Obras em Creches	280	-	-
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (ICMS)	(172.625)	(146.780)				
Cota-Parte do IPVA	270.442	226.900				
Cota-Parte do IPI Exportação	14.149	12.153				
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (IPI-EXP)	(2.122)	(1.823)				
<b>3. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>239.112</b>	<b>260.389</b>	<b>3. SMDS / FUNLAR</b>	<b>27.388</b>	<b>23.699</b>	<b>22.343</b>
Cota-Parte do FPM	76.482	66.448	Educação Infantil	27.388	23.699	22.343
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (FPM)	(11.472)	(9.983)				
Cota-Parte do IRRF	152.254	189.368	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES SEM INATIVOS (B)</b>	<b>1.265.962</b>	<b>1.159.071</b>	<b>1.150.686</b>
Cota-Parte do IPTR	125	212				
Cota-Parte do Imposto s/ Operações com Ouro	11	66				
Seguro Receita do ICMS	25.543	16.797				
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (Seguro Receita do ICMS)	(3.832)	(2.520)				
<b>4. FUNDEF</b>	<b>607.236</b>	<b>560.900</b>	<b>4. FUNPREVI C/ REC. TESOIRO</b>	<b>422.867</b>	<b>422.718</b>	<b>422.718</b>
Parcela do Município na Constituição do FUNDEF	190.051	161.105	Inativos da Educação	422.867	422.718	422.718
Valor Adicional Recebido pelo Município - FUNDEF	417.184	399.796	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES COM INATIVOS (C)</b>	<b>1.688.828</b>	<b>1.581.789</b>	<b>1.573.404</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS (A)</b>	<b>4.575.659</b>	<b>4.123.442</b>	<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (B/A)</b>	<b>27,67%</b>	<b>28,11%</b>	<b>27,91%</b>
			<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (C/A)</b>	<b>36,91%</b>	<b>38,36%</b>	<b>38,16%</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil



## Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2003

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu no exercício 30,19% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 7% das receitas arrecadadas.

Destacamos que os investimentos na SMS em 2002 foi de MR\$ 19.752, e em 2003 saltaram para MR\$ 66.533, o que representa uma variação de aproximadamente 237%.

<b>RECEITA</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>ARRECADADA</b>	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>2.468.633</b>	<b>2.233.171</b>	
IPTU	841.944	820.152	
ISS	1.332.737	1.170.704	
ITBI	198.642	172.957	
Dívida Ativa de Impostos	95.309	69.359	
<b>TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>1.664.288</b>	<b>1.473.612</b>	
Cota-Parte do IPTR	125	212	
Cota-Parte do IPVA	270.442	226.900	
Cota-Parte do IRRF	152.254	189.368	
Cota-Parte do ICMS	1.150.835	978.531	
Cota-Parte do FPM	76.482	66.448	
Cota-Parte do IPI Exportação	14.149	12.153	
<b>TOTAL DAS RECEITAS (A)</b>	<b>4.132.921</b>	<b>3.706.783</b>	

<b>DESPESA</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EMPENHADA</b>	<b>LIQUIDADADA</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / ATIVOS</b>	<b>613.169</b>	<b>604.028</b>	<b>602.350</b>
<b>OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO</b>	<b>504.097</b>	<b>448.655</b>	<b>391.041</b>
<b>INVESTIMENTOS NA SMS</b>	<b>88.580</b>	<b>66.533</b>	<b>50.484</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES (B)</b>	<b>1.205.845</b>	<b>1.119.215</b>	<b>1.043.875</b>
<b>PARTICIPAÇÃO SOBRE PREVISÃO (B/A)</b>	<b>29,18%</b>	<b>27,08%</b>	<b>25,26%</b>
<b>PARTICIPAÇÃO SOBRE ARRECAÇÃO</b>		<b>30,19%</b>	<b>28,16%</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

## Despesa com Pessoal - 2003

Um ponto relevante da administração pública municipal refere-se a participação de despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

Conforme demonstrado abaixo, a despesa com pessoal consolidada durante o exercício de 2003, consumiu 53,35% da RCL. Este percentual congrega 50,11% do Poder Executivo e 3,24% do Poder legislativo. Esses percentuais estão bem abaixo do limite legal de 60% e até mesmo do limite prudencial de 57%.

### DESPESA COM PESSOAL – 2003 – CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA JAN/2003 A DEZ/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	3.078.110
Pessoal Ativo	2.446.002
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.058.989
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(426.881)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	(35.812)
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(10.978)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(23.172)
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(356.919)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	84.984
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)</b>	<b>3.163.094</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)</b>	<b>5.929.104</b>
<b>% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL (IV) = (I+II) / (III)</b>	<b>53,35%</b>
<b>LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%</b>	<b>3.557.463</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%</b>	<b>3.379.589</b>
<b>FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)</b>	<b>89.638</b>
<b>% DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL SOBRE A RCL (V)</b>	<b>1,51%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, DEDUZIDO O AUMENTO PREVISTO NO INCISO X, ART. 37 DA CF - (&lt;math&gt;\leq&lt;/math&gt;) = (IV) - (V)</b>	<b>51,84%</b>
<b>LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 10%</b>	<b>3.207.645</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

## INTRODUÇÃO

---

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município.

Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos balanços consolidados do Município. Para as empresas públicas e as sociedades de economia mista é utilizado o método da equivalência patrimonial de forma a ajustar os investimentos da administração direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 2003, confeccionados de forma reduzida são apresentados a seguir, em milhares de reais.

## Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua Execução. Este balanço é apresentado considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista durante o exercício financeiro de 2003.

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.183.952</b>	<b>6.607.331</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.558.756	2.329.485
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	373.053	407.890
RECEITA PATRIMONIAL	764.181	811.127
RECEITA INDUSTRIAL	5.918	5.158
RECEITA DE SERVIÇOS	150.278	124.836
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.964.511	2.629.191
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.367.254	299.643
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>219.887</b>	<b>384.586</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	157.652	89.991
ALIENAÇÃO DE BENS	14.758	44.366
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	47.477	52.254
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	6.395
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	191.581
<b>SOMA</b>	<b>8.403.839</b>	<b>6.991.917</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>825.387</b>	<b>234.113</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.229.226</b>	<b>7.226.030</b>

DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.345.076</b>	<b>6.027.199</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.663.379	3.589.975
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	429.264	428.926
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.252.433	2.008.298
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.884.150</b>	<b>1.198.831</b>
INVESTIMENTOS	1.097.274	699.835
INVERSÕES FINANCEIRAS	600.470	291.137
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.186.406	207.859
<b>SOMA</b>	<b>9.229.226</b>	<b>7.226.030</b>
<b>SUPERAVIT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.229.226</b>	<b>7.226.030</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

A execução orçamentária referente ao exercício de 2003 evidencia um déficit da ordem de MR\$ 234.113, enquanto que no exercício anterior foi apurado déficit da ordem de MR\$ 78.944.

A Prefeitura apresentou ainda um déficit de previsão no valor de MR\$ 825.387, oriundo da abertura de créditos adicionais por operações de crédito, excesso de arrecadação de recursos vinculados ou superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2002. Este valor equivale a 9,82% da previsão inicial.

Cabe destacar que no exercício de 2003 foram utilizados MR\$ 575.897 provenientes de saldos financeiros de exercícios anteriores para a abertura de créditos adicionais que contribuíram para o resultado observado ao final da execução do ano de 2003.

Podemos observar através da Tabela a seguir que ao considerarmos os saldos de exercícios anteriores, o resultado orçamentário salta para um superávit de MR\$ 341.784, conforme segue:

#### COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Composição	Valor
<b>Receitas</b>	6.991.917
<b>Despesas</b>	(7.226.030)
<b>Saldos de Exercícios Anteriores<sup>1</sup></b>	575.897
<b>Superávit Orçamentário Considerando Saldos de Ex. Anteriores</b>	<b>341.784</b>

Notas: 1) Utilizado para abertura de créditos adicionais

Em R\$ mil

## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é a síntese de toda a Gestão Financeira, que envolve não só a execução orçamentária, como o movimento de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias. As disponibilidades dos exercícios de 2002 e 2003 sofreram movimentações de acordo com o balanço financeiro resumido demonstrado abaixo.

Especificação	Em R\$ mil	
	2002	2003
<b>Disponível em 01/01</b>	2.440.529	2.305.823
<b>( + ) Ingressos Orçamentários</b>	6.336.107	6.991.917
<b>( - ) Desembolsos Orçamentários</b>	(5.702.312)	(6.621.169)
( - ) Despesa Realizada	(6.415.051)	(7.226.030)
( + ) Inscrição de Restos a Pagar	712.739	604.861
<b>(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária Líquida</b>	(768.501)	(507.430)
( - ) Pagamento de RP Exercícios Anteriores	(432.303)	(685.200)
(+/-) Outras Movimentações Extra-Orçamentárias	(336.198)	(1.192.630)
<b>( = ) Disponível em 31/12</b>	2.305.823	2.169.141

Observa-se que o fluxo financeiro resultante da execução orçamentária foi positivo de MR\$ 370.748 (MR\$ 6.991.917 – MR\$ 6.621.169), tendo em vista que da execução orçamentária da despesa, MR\$ 604.861 não foram pagos no exercício de 2003, tendo sido inscritos em Restos a Pagar do exercício de 2003.

## Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a síntese do Patrimônio Público passível de contabilização ou, em outras palavras, a súmula dos bens, direitos e obrigações do Município, registradas em sua contabilidade.

Cabe esclarecer que para o Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura foi adotado o modelo sugerido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Neste aspecto, é importante frisar que as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais levantam suas demonstrações contábeis segundo os preceitos da Lei nº 6.404/76, enquanto a administração direta, fundações e autarquias à Lei nº 4.320/64.

O Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura em 31/12/2003 apresentou a estática demonstrada pela Tabela abaixo.

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO

<b>ATIVO</b>		
Financeiro		<u>2.391.545</u>
Disponível	2.169.141	
Créditos em Circulação	222.404	
Não Financeiro		<u>11.423.242</u>
Realizável a Curto Prazo	358.661	
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.945	
Realizável a Longo Prazo	9.726.828	
Permanente	1.335.808	
<b>ATIVO REAL</b>		<b>13.814.787</b>
<b>TOTAL</b>		<b>13.814.787</b>
<b>PASSIVO</b>		
Financeiro		<u>713.787</u>
Depósitos	112.688	
Obrigações em Circulação	601.099	
Não Financeiro		<u>7.316.272</u>
Obrigações em Circulação	129.522	
Valores Pendentes a Curto Prazo	202.406	
Exigível a Longo Prazo	6.976.705	
Resultado de Exercícios Futuros	7.639	
<b>PASSIVO REAL</b>		<b>8.030.059</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.784.728</b>
<b>TOTAL</b>		<b>13.814.787</b>

Em R\$ mil

Assim, globalmente considerada toda a administração direta e indireta da Prefeitura apresentou em dezembro de 2003 superávit financeiro da ordem de MR\$ 1.677.758.

A dívida ativa tem papel fundamental no balanço patrimonial da Prefeitura, haja vista que corresponde a MR\$ 9.101.151, ou seja, 65,88% do Ativo Real e supera o Passivo Real em 13,34%.

A maior parte das obrigações do Município é constituída de exigíveis a longo prazo, que montam MR\$ 6.976.705 e representa 86,88% do Passivo Real e 50,5% do Ativo Real. O exigível a longo prazo é formado por operações de crédito internas (MR\$ 5.734.605), operações de crédito externas (MR\$ 772.528) e outras obrigações (MR\$ 469.571). Por outro lado, cabe salientar que a Prefeitura não possui dívida mobiliária, apenas contratual.

### 1. Contexto Legal

A Lei 4320/64, no parágrafo único, do artigo 110 já previa para a área pública a consolidação de balanços, determinando que “dentro do prazo legal que a legislação fixar, os balanços serão remetidos ao órgão central de contabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário”.

A Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, no capítulo que dispõe sobre a transparência, o controle e a fiscalização das contas públicas, dedicou uma seção sobre a escrituração e consolidação das contas públicas, tendo sido enfática ao definir no inciso III do Art. 50 que, “as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive a empresa estatal dependente”.

Definiu ainda a LRF, no parágrafo segundo, do mesmo artigo, que o órgão de contabilidade da União seria o responsável por editar as normas gerais para a consolidação das contas públicas, enquanto não fosse implantado o conselho instituído pelo art. 67, da mesma Lei. Como o órgão de contabilidade da União está na estrutura da Secretaria do Tesouro Nacional, coube então a essa secretaria a edição dessas normas.

### 2. Modelo do Balanço e Agrupamento das Contas

A Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão normatizador, baixou através da Portaria 109, de 08/03/2002, normas para a consolidação dos Balanços Orçamentário e Patrimonial de cada ente da federação, conforme previsto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à consolidação das contas nacionais. Ao elaborar essas normas a Secretaria do Tesouro Nacional detalhou o agrupamento de cada conta ou grupo de contas que compõe os demonstrativos consolidados, determinando ainda que:

- a) quando não houver titulação própria, a consolidação deverá recair na conta com título que mais se aproxime das características do saldo a ser agregado;
- b) as estruturas de ativo e passivo, na forma apresentada no formulário, objetiva possibilitar a consolidação dos saldos das demonstrações dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta.

Dessa forma, adotamos o modelo de Balanço Patrimonial Consolidado definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que procura reunir os conceitos próprios das entidades públicas e privadas.

### 3. Técnica de Consolidação

Foram identificadas e ajustadas todas as transações entre as instituições municipais: quer seja através da eliminação das transações registradas reciprocamente, quer seja através da exclusão daquelas transações para as quais não havia correspondência. A seguir o detalhamento dos procedimentos adotados na consolidação:

- a) Balanços das Instituições regidas pela Lei 4320/64 – Todos os dados foram extraídos dos balanços da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações;
- b) Balanços e Balancetes Analíticos das Instituições Regidas pela Lei 6.404/76 - Foram utilizados, nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o levantamento dos saldos das transações intragovernamentais a serem ajustados, basicamente, valores relativos as Contas a Receber e a Pagar;
  - I - Nas transações entre Indiretas os relatórios da execução orçamentária foram totalmente cotejados para fins de validação dos dados;
  - II - Nas transações entre a Direta e as Indiretas o cotejamento foi realizado para os valores mais expressivos, em função do volume de transações.
- c) Restos a Pagar - Todos os Restos a Pagar inscritos foram ajustados na sua origem (emissor do empenho), independente de serem Processados ou não Processados, eliminando-se esse passivo das Entidades objeto da consolidação;



d) Contas a Pagar - Todas as Contas a Pagar nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista superiores ao valor dos Restos a Pagar constantes dos relatórios do Fincon estão demonstrados no grupo Credores Diversos, Outras Contas a Pagar;

e) Repasses - Todos os repasses foram eliminados/excluídos tanto na Direta quanto nas Indiretas;

f) Restos a Receber - Foram eliminados /excluídos tanto os inscritos em função de repasses, quanto os relativos a serviços prestados;

g) Contas a Receber - Nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista foram ajustados os seus Balanços pelo valor constante de suas Contas a Receber com as demais instituições municipais;

h) Créditos Realizáveis a Longo Prazo - Dívida Ativa - Foi ajustada a Dívida Ativa, através de exclusão, no valor identificado pelas instituições municipais, após consulta, quanto aos seus débitos inscritos;

i) Investimentos da Administração Direta em suas controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial - Foram eliminados como parcela do Patrimônio Líquido das controladas;

j) Patrimônio - O patrimônio consolidado foi ajustado em R\$ 98.363.359,01 e refere-se aos valores das transações não correspondidos entre as instituições;

k) Fazem parte do patrimônio consolidado as seguintes participações minoritárias:

Investidor	Investida	Valor	% de Participação
Embratur	Riocentro	3.973.856,53	9,4166 %
Diversos	Riocentro	258,63	0,0006 %
Diversos	Cet-Rio	9,82	0,0001 %

Em R\$ 1,00

#### 4. Riscos e Contingências

Estão evidenciados nos Balanços e Notas Explicativas das entidades, objeto de consolidação, os riscos e contingências abaixo relacionados, que somam o montante de R\$ 348.550.279,43:

a) Valores registrados nos Balanços:

Entidade	Valor em R\$
Cia. de Engenharia de Tráfego – Cet-Rio	4.655.746,31
Cia. Munic. de Conserv. Obras Públicas – Rio-Cop	18.061.217,73
Cia. Munic. de Energia e Iluminação – Riolut	17.228.804,07
Cia. Munic. de Limpeza Urbana – Comlurb	48.357.661,53
Empresa Munic.de Artes Gráficas S/A – Imprensa	56.500,00
Empresa Munic. de Informática S/A – Iplanrio	1.400.834,79
Empresa Munic. de Vigilância S/A	7.541.340,22
Multirio – Emp.Munic.de Multimeios Ltda – SC	15.703.649,89
Riocentro S/A – Centro de Feiras, Exp. Cong. RJ	912.955,71
Riotur – Empresa de Turismo do Munic. do R.J.	2.558.535,09
Rio-Urbe – Empresa Municipal de Urbanização	160.624.807,83
<b>Total</b>	<b>277.102.053,17</b>

Em R\$ 1,00

b) Valores apontados nas Notas Explicativas:

<b>Entidade</b>	<b>Valor em R\$</b>
Cia. de Engenharia de Tráfego – Cet-Rio	31.248.797,52
Empresa Munic. de Informática S/A – Iplanrio	4.453.678,00
Empresa Munic. de Vigilância S/A	14.409.553,29
Riotur – Empresa de Turismo do Munic. do R.J.	21.336.197,45
<b>Total</b>	<b>71.448.226,26</b>

Em R\$ 1,00

## **5. Comentários Finais**

---

- a) Até o exercício de 2001 a consolidação dos Balanços Patrimoniais era feita apenas para as instituições regidas pela Lei 4.320/64. A partir de 2002, foram consolidados também os Balanços Patrimoniais das instituições regidas pela Lei 6.404/76;
- b) Em 2003 o PREVI-RIO reclassificou os rendimentos de suas Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários do Ativo Permanente para o Ativo Disponível;
- c) Em 2003 os valores de Fornecimentos a Receber, assim como respectiva Provisão para Devedores Duvidosos estão incluídos no saldo de Créditos a Receber no Ativo Financeiro;
- d) Em 2002 o valor de Despesa a Pagar de R\$ 95.297.318,54 está apresentado na linha Outras Obrigações a Pagar. Em 2003 está apresentado na linha Valores Pendentes a Curto Prazo;
- e) Em 2002 o valor de Precatórios a Pagar está apresentado em Outras Obrigações a Pagar. Em 2003 está apresentado em Provisões, pois se for pago em 2004, será coberto com recursos orçamentários do próprio exercício.

## DISPONIBILIDADES

Em 31/12/2003, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidades financeiras no montante de MR\$ 2.228.743, sobre as quais pesava o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 745.603, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 1.483.140.

A próxima Tabela mostra a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras ao final de 2003.

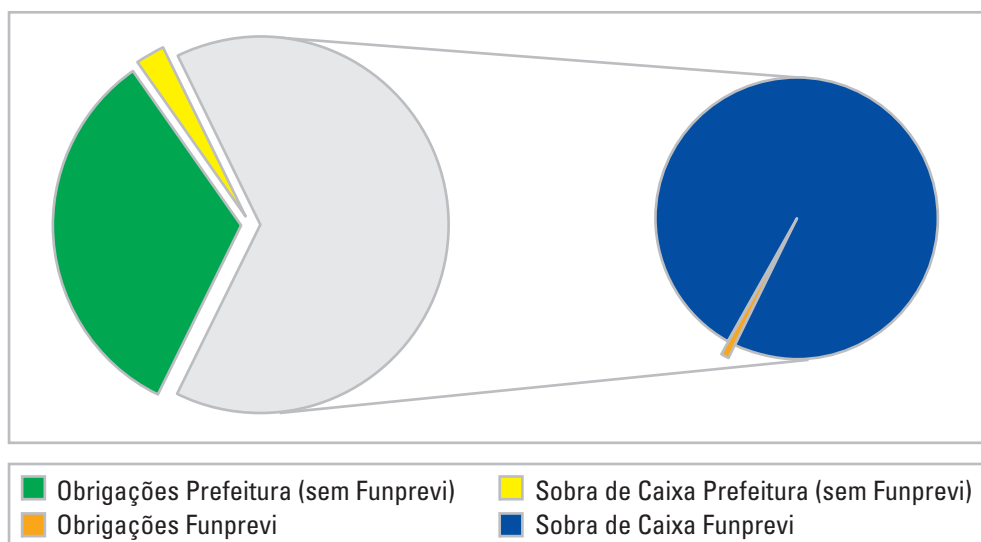
### Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura - Dezembro / 2003

Ativo Disponível	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi	Obrigações Financeiras	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi
<b>Caixa</b>	90	-	90	<b>Depósitos</b>	87.401	540	86.861
<b>Banco C/ Movimento</b>	57.428	45	57.383	<b>Restos a Pagar Processados</b>	445.282	355	444.927
<b>Banco C/ Vinculada</b>	10.332	-	10.332	<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	156.150	-	156.150
<b>Aplicações Financeiras</b>	2.101.291	1.435.561	665.730	<b>Outras Obrigações Financeiras</b>	56.770	10.512	46.258
<b>Outras Disponibilidades Financ.</b>	59.602	-	59.602				
<b>Soma</b>	2.228.743	1.435.606	793.137	<b>Soma</b>	745.603	11.407	734.196
				<b>Suficiência de Caixa</b>	<b>1.483.140</b>	<b>1.424.199</b>	<b>58.941</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.228.743</b>	<b>1.435.606</b>	<b>793.137</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.228.743</b>	<b>1.435.606</b>	<b>793.137</b>

Em R\$ mil

Nota-se que o Funprevi é responsável por cerca de 64,41% das disponibilidades da prefeitura e por 96,03% da suficiência de caixa, conforme representado pelo gráfico abaixo.

### COMPROMETIMENTO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – 2003



É importante destacar que parte das despesas do regime previdenciário é custeada com recursos do Tesouro Municipal.

Comparando o valor da sobra de caixa de toda Prefeitura em dezembro de 2002 com o apresentado ao final de 2003, nota-se um acréscimo da ordem de MR\$ 161.210. Entretanto, se não considerarmos os valores referentes ao regime previdenciário, houve uma redução da suficiência de caixa da ordem de MR\$ 302.178, haja vista que em dezembro de 2002 o saldo, não comprometido, exceto regime previdenciário, era de MR\$ 361.119, e caiu para MR\$ 58.941 em dezembro de 2003.

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no exercício de 2003 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal, a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho no exercício de 2003 comparando com o desempenho de 2002.

A Receita Corrente Líquida apurada em dezembro de 2003 apresenta crescimento de 8,87% em valores nominais, como pode ser observado na tabela e no gráfico a seguir.

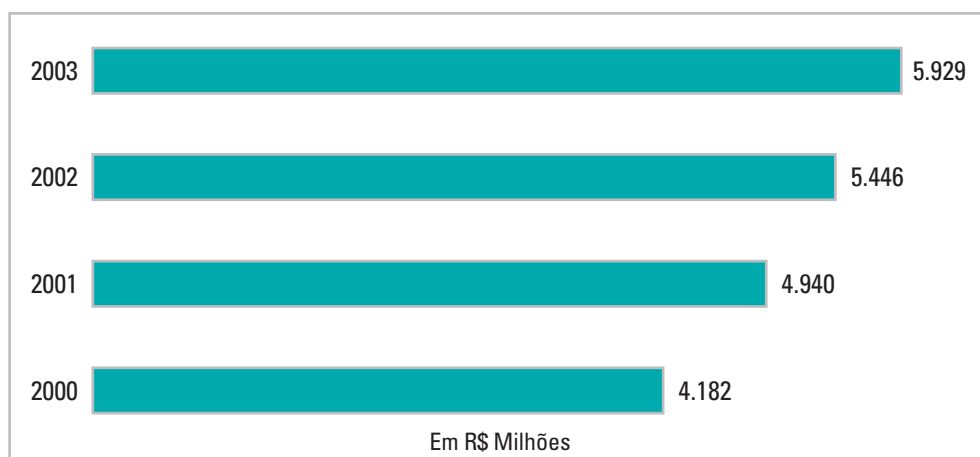
### DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2002 e 2003

Em R\$ mil

Especificação	2002	2003
Receita Tributária	2.149.332	2.329.485
Receita de Contribuições	322.190	407.890
Receita Patrimonial	679.280	811.127
Receita de Serviços	108.158	124.836
Transferências Correntes	2.471.656	2.629.191
Outras Receitas Correntes	324.986	304.801
( - ) Gestão Plena	(285.746)	(268.954)
( - ) Compensação entre Regimes Previdenciários	(1.743)	(1.382)
( - ) Contribuição Previdenciária	(322.190)	(407.890)
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>5.445.923</b>	<b>5.929.104</b>

O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2003 alcançou patamar de MR\$ 65.114, enquanto em 2002 atingiu um déficit de MR\$ 330.250.

### EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2000 a 2003



A Tabela seguinte demonstra a comparação do resultado primário em 2002 e 2003. As receitas fiscais líquidas correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas ainda de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas fiscais líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias liquidadas, deduzidas despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

Cabe destacar que a partir de 2003 o valor dos créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior passou a ser computado no cálculo do Resultado Primário, obedecendo a determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Esta inclusão provoca um acréscimo do resultado primário em 2003 em relação aos exercícios anteriores.

## RESULTADO PRIMÁRIO – 2002 e 2003

Especificação	Em R\$ mil	
	2002	2003
<b>Receitas Fiscais Correntes</b>	5.373.732	5.836.151
<b>Receitas Fiscais de Capital</b>	153.814	197.976
<b>Receitas Fiscais Líquidas</b>	5.527.546	6.034.127
<b>Despesas Fiscais Correntes</b>	5.060.625	5.598.273
<b>Despesas Fiscais de Capital</b>	797.171	946.636
<b>Despesas Fiscais Líquidas</b>	5.857.796	6.544.909
<b>Saldos de Exercícios Anteriores<sup>1</sup></b>		575.897
<b>Resultado Primário</b>	<b>(330.250)</b>	<b>65.115</b>

**Notas: 1) Saldos de Exercícios Anteriores correspondem aos créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior. Estes valores só passaram a ser computados para fins de cálculo do Resultado Primário a partir de 2003, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional.**

Em valores nominais, o resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, alcançado em 2003 foi MR\$ 395.365 superior ao encontrado em 2002, em virtude da incorporação no cálculo dos valores de créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro. Esta incorporação veio corrigir falha anteriormente existente, haja vista que muitas vezes um resultado primário negativo em um determinado exercício pode ser lastreado com o saldo acumulado por resultados positivos nos exercícios anteriores.

Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2003 estabeleceu estimativas para o resultado primário e resultado nominal, bem como para o montante da dívida fundada bruta do exercício de 2003.

O resultado primário alcançou patamar superior à estimativa apresentada no anexo de metas fiscais. Enquanto o resultado primário estimado era negativo de R\$ 237,8 milhões, o alcançado foi de R\$ 65 milhões. Um dos motivos para esta variação foi a inclusão dos créditos adicionais com base em saldos financeiros do exercício anterior no cálculo do Resultado Primário. Esta mudança de critério obedece à determinação da Secretaria do Tesouro Nacional.

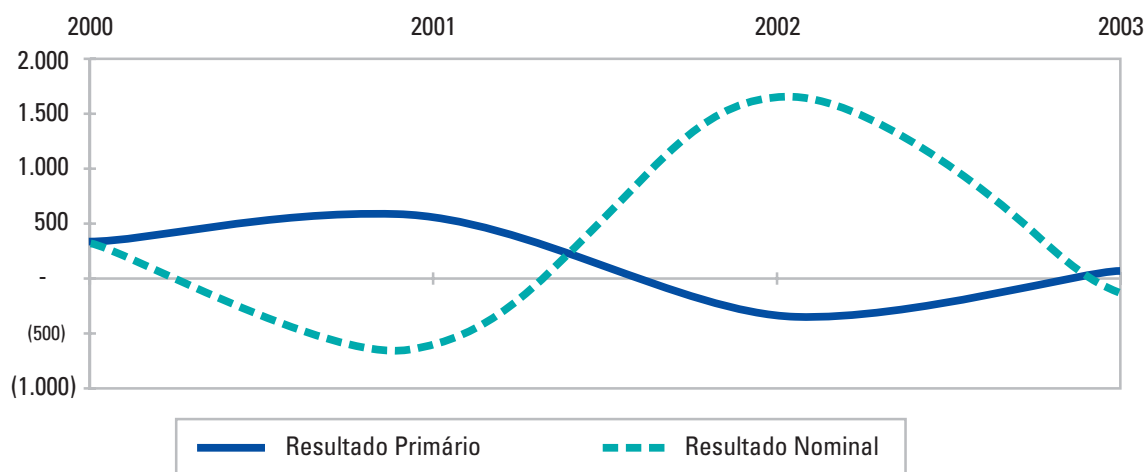
Já o resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública líquida, alcançou valor inferior à estimativa do anexo de metas fiscais da LDO. Assim, a LDO apresentou a estimativa de resultado nominal para o exercício de 2003 positivo de R\$ 740 milhões, enquanto o resultado nominal efetivamente alcançado foi negativo de R\$ 162,6 milhões, conforme apresenta a tabela abaixo.

#### COMPARATIVO ENTRE ESTIMATIVAS DA LDO PARA 2003 E REALIZAÇÃO

Resultados	Em R\$ Milhões		
	LDO	Realizado	Varição
<b>Resultado Primário</b>	(237,8)	65,1	302,9
<b>Resultado Nominal</b>	740,0	(162,6)	(902,6)

O Gráfico a seguir demonstra a evolução dos resultados primário e nominal desde 2000.

#### EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL – 2000 a 2003



O resultado nominal em 2003 sofreu redução em relação ao exercício imediatamente anterior, passando de MR\$ 1.651.223 para MR\$ 162.567 negativos.

Já a dívida consolidada líquida foi estimada pela LDO em MR\$ 3.676, porém montou MR\$ 4.585 em 31/12/2003. O alcance da meta foi prejudicado pela discrepância entre os parâmetros utilizados na LDO e os índices econômicos efetivamente alcançados. A dívida consolidada líquida da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2003 equivalia 77,33% da receita corrente líquida, conforme demonstrado na tabela seguinte. Portanto, dentro do limite estabelecido pelo artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 1,2 vezes a receita corrente líquida.

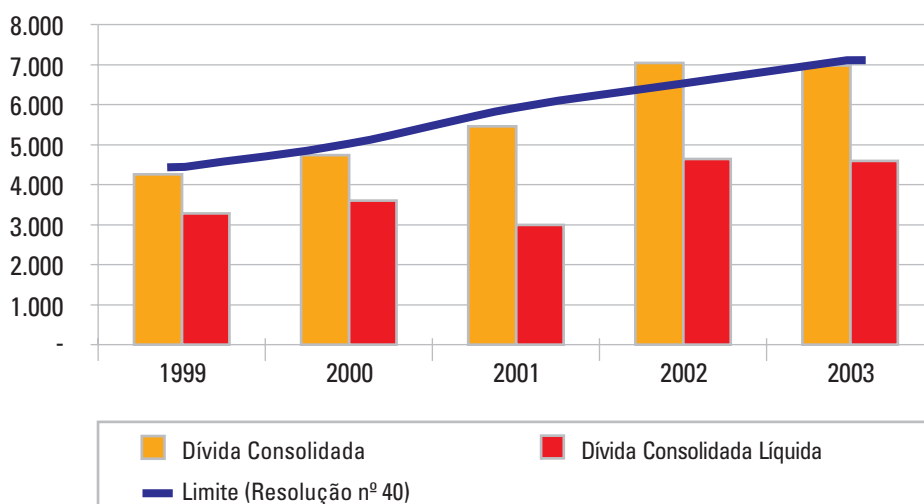
### DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2002 e 2003

Especificação	Em R\$ mil	
	2002	2003
<b>Dívida Consolidada</b>	7.038.189	6.976.704
<b>Ativo Financeiro</b>	(2.393.605)	(2.391.545)
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	4.644.584	4.585.159
<b>Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal (1,2 x RCL)</b>	6.535.108	7.114.925

A dívida consolidada líquida apresentou redução, em valores nominais de aproximadamente 1,28% em relação a 2002. Esta redução é explicada pela pequena diminuição no volume da dívida contratual do Município (cerca de MR\$ 110.927 de redução), enquanto o ativo financeiro permaneceu no mesmo patamar.

O Gráfico seguinte demonstra a evolução da dívida consolidada bruta, dívida consolidada líquida e do limite para o montante da dívida previsto na Resolução nº 40 do Senado Federal entre os exercícios de 1999 e 2003.

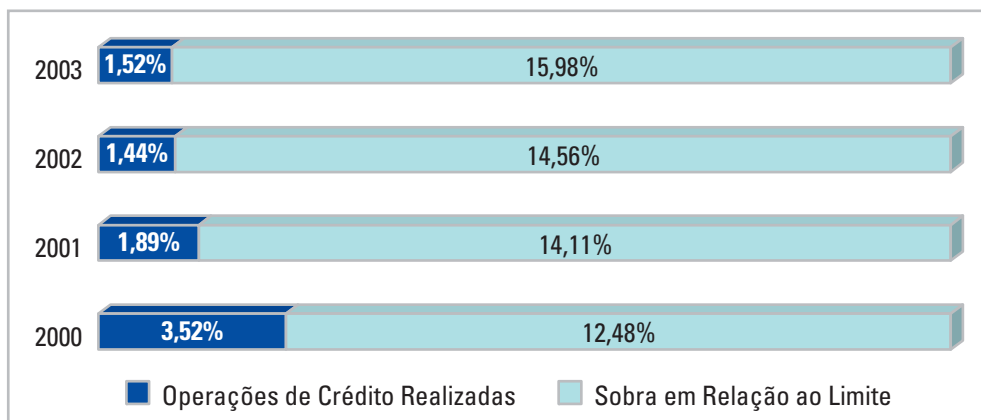
### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA – 1999 a 2003



As operações de crédito realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2003 montaram MR\$ 89.991, sendo MR\$ 83.733 oriundos de captações externas, e MR\$ 6.258 de captações internas. O total de liberações de recursos de operações de crédito em 2003 equivaliu a 1,52% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida.

O Gráfico abaixo mostra a relação entre liberações de operações de crédito e receita corrente líquida nos exercícios de 2000 a 2003.

#### RELAÇÃO ENTRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2000 a 2003



Cabe destacar que não houve operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Ao ser analisada a despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, verifica-se que houve crescimento deste tipo de despesa, inclusive no que se refere a sua participação sobre a receita corrente líquida. No entanto, o índice de comprometimento alcançado (10,74%) é inferior ao teto estabelecido pela Resolução nº 43 do Senado Federal, que limita em 11,5% da receita corrente líquida o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.



**Prefeito**

Cesar Maia

**Vice-Prefeito**

Marco Antonio de Moura Vales

**Controlador Geral**

Lino Martins da Silva

**Subcontrolador**

Vinícius Costa Rocha Viana

**Coordenadora Geral de Normas e Informações Gerenciais**

Tanize Maria Lunes Pimentel Richa Ribeiro

**Contadora Geral**

Fátima Rosane Machado Barros

**Auditora Geral**

Marcia Andrea Peres Suzano Teixeira da Silva

**Coordenador de Informática**

Victor Zajdhaft

**Gerente de Infra-estrutura e Logística**

Vanda Tereza Pastro

**Gerente de Recursos Humanos**

Jorge Rodrigues de Carvalho

**Assessora Chefe de Comunicação**

Sonia Virginia Moreira

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

---

Assessoria de Comunicação Social / CGM

**Supervisão Editorial**

Sonia Virgínia Moreira

**Projeto gráfico**

Inez Torres

**Apoio Técnico**

Bruno dos Santos Soares

## COORDENADORIA GERAL DE NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

### **Elaborada por:**

Gustavo Fontoura Cretton

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro

### **Revisado por:**

Tanize Maria Lunes Pimentel Richa Ribeiro

## EQUIPE DA COORDENADORIA GERAL DE NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

### Coordenadoria de Estudos e Análise de Informações Gerenciais

#### **Coordenador: Marcos Mizurine**

Gustavo Fontoura Cretton

Inácio Pimentel de Nazareth

Israel Pinto Borges

Jacqueline Ferreira Dutra

José Luiz Ribeiro de Brito

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro

Raquel de Souza

### Coordenadoria de Normatização, Orientação e Integração Organizacional

#### **Coordenador: Mônica Nascimento Magalhães**

Adriana de Oliveira Silva

Ana Amélia de Almeida Magalhães

Carlos Eduardo Galvão Bandeira

Enes Fernandes Tunala

Etelvina Maria Cortes

Gilmar Cordeiro da Costa

José Roberto Freixo Ribeiro

Luís Antonio de Loyola Reis

Luiz Francisco Barata Meireles

Marcelo Costa Coqueijo

Mário Renno da Silva

Michel Benjamin Lutfi Filho

Miguel Ângelo Campos Teixeira

Paula Tavares Alves

Richard Pruss

Roberta Backer Gomes de Miranda

Sula Franca Floret

Tossi Kassae

### Coordenadoria de Estudos e Análise de Custos

#### Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior

Adilson de Souza Soares  
Adriano Guedes de Souza  
Christiano Lacerda Ghuerrren  
Jeane de Souza Coutinho  
Haroldo Figueiredo  
Isabela Reboucas Chaves  
Wagner de Castro Carvalho Rosa

### EQUIPE DO GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

---

Antonio César Lins Cavalcanti  
Willian Luiz de Souza Monteiro

### EQUIPE IPLANRIO DO SISTEMA FINCON

---

Jorge Olintho de Souza Lopes  
José Roberto de Souza Almeida  
Luiz Carlos Miranda Martins  
Paulo Roberto Monteiro Chaves

### EQUIPE DA CONTADORIA GERAL

---

Adriana Cristina Camões Brandão	Claúdia Regina Faig Torres Moura
Adriana Soares Ferreira	Cláudio Dias
Alessandro Teodoro de Souza	Clivaldo Guimarães Paes
Alex Messias Dantas	Dager Salles Amaral
Alexandre Torres da Cunha	Elizabeth Coo Moledo
Aline Ferreira da Silva Teixeira	Elsa Moreira da Silva
André Luiz Fernandes Fraga	Flávio Vital de Oliveira Vasco
Andréa da Rosa Boscarino	Gabriela Mendonça de Oliveira
Andrea Yumi Iço	Gessy Augusto do Nascimento
Angela de Arezzo Meireles	Ivanilde dos Santos
Arcelio Dutra de Brito	Ivone Teixeira Vasques
Aurélia de Jesus	Janete Prudente Gomide
Carlos Maurício Borup Bakker	Jomir Targino de Araújo
Cesar Maurício Gomes Soares	José Augusto Vieira Campos

## EQUIPE DA CONTADORIA GERAL (continuação)

---

José Paulo de Menezes Junior	Ricardo Araújo da Cunha
Luiz Carlos Santos	Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana
Marcelo Volker Garcia	Roberto Miguel Pereira
Márcia Francisconi dos Santos	Romildo Teixeira Lacerda
Marcia Maria Alves Pinheiro	Rosana da Silva Marques Simões
Marcio Martins Loureiro	Rosângela Pereira Ramos
Maria de Fátima Gouveia	Sandra Gomes Januário
Maria das Graças Maia Cordeiro	Sebastião Machado de Carvalho
Marisa Nogueira Campos	Sergio Murta Ribeiro
Nádia Assunção Fernandes Neves	Silvana Maria Nava Gomes
Nanci Marques dos Santos	Sonia Regina Menezes de Lima
Nelma Godinho Costa Lima	Vanessa da Silva Quito Antunes
Nilcéa Regina Leal	Vânia Ribeiro Pellizzaro
Noemia de Oliveira Sousa	Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos
Paulo da Silva Andrade	Walter José Ferreira
Paulo Roberto dos Santos	Walter Luís Dias Leal
Regina da Cruz Ribeiro	Wanise de Melo Pinheiro
Regina Monteiro do Nascimento	Welington de Oliveira Frota